

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VELHICE E INCLUSÃO DIGITAL

MARIA DA LUZ BUENO GELINSKI

MATINHOS/PR

2011

MARIA DA LUZ BUENO GELINSKI

VELHICE E INCLUSÃO DIGITAL

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral em cumprimento ao módulo de TCC II e ao espaço curricular de Projetos de Aprendizagem VIII como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob mediação da professora Msc. Silvana Marta Tumelero.

Matinhos/PR

2011

MARIA DA LUZ BUENO GELINSKI

VELHICE E INCLUSÃO DIGITAL

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 04 de julho de 2011, na Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, mediante Banca Examinadora da qual obteve aprovação.

Msc. Silvana Marta Tumelero (orientadora)
Docente da UFPR Setor Litoral

Msc. Adriana Lucinda de Oliveira
Docente da UFPR Setor Litoral

Prof.Dr. Afonso Takao Murata
Docente da UFPR Setor Litoral

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, força que nos ilumina, conduziu-me com sabedoria durante esse período de desafio em concretizar esse sonho. Gostaria de agradecer as minhas filhas Adriana e Simone pela contribuição, incentivo e apoio recebido para que esse momento seja concretizado.

Ao meu marido Luiz pelo tempo em que me apoiou na convivência diária, no companheirismo contribuindo para essa conquista.

Às supervisoras de campo as Assistentes Sociais Cinthia Rodrigues Machado e Eliane Maria de Lima pelas orientações e incentivo.

Às supervisoras acadêmicas durante esse processo na Instituição: a professora doutora Sirlândia Schappo a quem agradeço pelo incentivo, contribuiu para a segurança do início dessa caminhada; a professora mestre Giselle Leal de Meirelles pelas orientações em relação ao estágio; em especial a minha orientadora a professora mestre Silvana Marta Tumelero contribuindo com seu conhecimento, profissionalismo, compreensão e apoio.

A todos os professores da graduação, da mesma forma os técnicos que me apoiaram.

Aos companheiros da turma 2007 pela jornada que percorremos em todas as atividades realizadas, serão lembranças para além do curso.

Principalmente aos grupos de idosos de Matinhos com destaque para o grupo de “Inclusão Digital para a Melhor Idade” como, protagonistas deste trabalho.

Só posso dizer: muito obrigada.

VELHOS E JOVENS

Antes de mim vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aqui
No meio do caminho dessa vida
Vinda antes de nós
E estamos todos a sós
No meio do caminho dessa vida
E estamos todos no meio
Quem chegou e quem faz tempo que veio
Ninguém no início ou no fim
Antes de mim
Vieram os velhos
Os jovens vieram depois de mim
E estamos todos aí

Arnaldo Antunes e Péricles Cavalcanti

LISTA DE SIGLA

APMI	Associação de Proteção a Maternidade e a Infância
CB	Constituição Brasileira
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CNDP	Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
Gepindi	Grupo de Estudos em Política de Informação e Inclusão Digital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MAP	Movimento dos Aposentados e Pensionistas
ONU	Organização das Nações Unidas
PNI	Política Nacional do Idoso
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo conhecer o sentido da vida na velhice através dos participantes do Projeto de Inclusão Digital Para a Melhor Idade da Universidade Federal do Paraná-Setor Litoral no município de Matinhos/PR. Com o aumento da expectativa de vida, o conceito sobre o envelhecimento vem se modificando, o termo idoso já não se encaixa na longevidade, está sendo substituído por Terceira Idade, trata-se de uma construção social da atualidade referenciada a partir do evento da aposentadoria, período caracterizado como liberdade para bem viver, direcionado por certas categorias sociais para adquirir novos conhecimentos. Disposição para isso se dá ao fato de haver boa condição de saúde física e mental, um fator de independência fortalecido pelo sentido de vida na velhice, uma fase para realização pessoal, ampliar conhecimentos em relação às novas exigências tecnológicas, em função da felicidade do dia a dia e para isso a vida é um constante aprendizado. Essa representação se revela no mínimo contraditória ao ser observada que a mesma situação não é vivenciada por todos. A marca oficial da velhice para a maioria da população brasileira é expressa por uma aposentadoria irrisória, característica de uma realidade social de exclusão e isolamento, típica da sociedade capitalista que gera enormes desigualdades. A Inclusão Digital está na pauta da política pública para a terceira idade como direito adquirido em função de uma cidadania plena. Para os participantes do projeto estudado, o computador é visto também como instrumento de inclusão social, o acesso ao conhecimento das tecnologias de informação e comunicação pela Internet que permitem uma nova conexão encurtando distâncias em relação ao núcleo familiar, social e ao mundo.

Palavras- chave: envelhecimento, sentido da vida, inclusão digital.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I	
ENVELHECIMENTO, RELAÇÕES SOCIAIS E INCLUSÃO DIGITAL.....	13
1.1. SOCIEDADE E ENVELHECIMENTO.....	13
1.2. INCLUSÃO DIGITAL, VELHICE E CIDADANIA.....	23
CAPÍTULO II	
VELHICE E EXPERIÊNCIA DA INCLUSÃO DIGITAL.....	33
2.1. SENTIDO E SIGNIFICADO DA VELHICE.....	37
2.2. EXPERIÊNCIAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.....	47
2.3. INCLUSÃO DIGITAL, RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS.....	52
CONCLUSÃO.....	55
REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICES.....	61

INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento no século XXI é um fato inegável no mundo, de modo que as pesquisas científicas se voltaram para essa fase da vida, não são mais chamados de velhos, receberam uma nova denominação como: terceira idade, Melhor idade etc.

Devido a isso as pessoas de sessenta anos ou mais estão em evidência, vem sendo alvo de atenção da medicina, precisamente da gerontologia, do mercado capitalista em função do consumo, da estética, do turismo também na área de educação, como destacamos a ciência da informação, passando a se caracterizar como uma questão social atual, portanto alvo de atenção de determinadas políticas públicas.

O presente trabalho foi elaborado a partir de experiências vivenciadas durante o período de estágio curricular obrigatório desenvolvido na Secretaria de Assistência Social do Município de Matinhos, litoral do Paraná. A situação de desinformação dos idosos nos incitou a participar e acompanhar os diversos grupos organizados do município através de reuniões, buscando as legislações municipais, apoiando-os com os devidos esclarecimentos no sentido de mobilizá-los para a criação do Conselho Municipal do Idoso que ainda está em fase de implantação. Segundo o que foi apurado, uma das causas que impedem o andamento desse processo é a burocracia exigida para a formação das associações, as quais devem representar os conselhos nas conferências municipais, cuja exigência de funcionamento por lei é a paridade de participação da sociedade civil organizada e o gestor municipal.

Esse mesmo tema referente ao envelhecimento, já havia despertado interesse, a partir do Projeto de Aprendizagem anteriormente desenvolvido no Curso de Serviço Social, cujo tema abordado foi o Resgate da História da Assistência Social no Município de Matinhos, o qual nos proporcionou uma aproximação à realidade vivida pelos idosos.

Ao estudarmos a história da assistência social neste município, tivemos contato com trabalhadores dessa área, como participantes se propuseram a falar de suas atuações na época; eram na maioria funcionários públicos e nas horas vagas prestavam atividades voluntárias junto a APMI e a LBA. Essas instituições eram responsáveis pelo atendimento a usuários “carentes” (termo usado naquela época), ou seja, se caracterizava como um trabalho de caridade. Um dos fatos relevantes, porém contraditório à identificação de necessidades coletivas que deveriam ser atendidas

pelo poder público naquele período, é relacionado aos voluntários, na época, cidadãos maduros preocupados com a comunidade, apoiadores de causas que resultassem em benefício social. Essa prática de voluntariado apoiou o primeiro grupo da terceira idade “Vitória Régia” mantido por uma pequena verba da LBA através do projeto Conviver, a qual era irrisória e as associadas eram obrigadas a fazer diversas promoções para se manter. Pretendemos através desta colocação, enfatizar que no momento atual, após 30 anos de trabalho e dedicação à comunidade aqueles voluntários provavelmente hoje estão em casa aposentados entrando para o segmento da terceira idade. Com o transcorrer do tempo houve mudanças nas práticas da assistência social e hoje a profissão de Serviço Social é presente na realidade deste município, integrando as políticas públicas.

Essas experiências por nós vivenciadas no desenvolvimento dos Projetos de Aprendizagem anteriores foram muito significativas e podem ser consideradas como fator de estímulo para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, o qual tem como intenção buscar conhecimentos da realidade e o pensar das pessoas que estão na 3ª idade no sentido de aprofundar conhecimentos recorrentes a realidade social e profissional que contribuirão para a formação e o processo de trabalho do Serviço Social.

A escolha pelo tema traz em si o cunho pessoal, visto que uma das exigências do curso de Serviço Social é o conhecimento da tecnologia de informação e comunicação, em função dos trabalhos acadêmicos e da realidade atual, portanto essa área do conhecimento, até então desconhecida para mim, se tornou emergencial, uma vez que faço parte do contingente da terceira idade que não tiveram oportunidade de acesso a essa tecnologia, esse fato me permitiu a aproximação com o “Projeto de Inclusão Digital para a Melhor Idade”.

É nessa perspectiva que adotamos como objetivo geral da pesquisa: “Conhecer o significado da velhice, como essa fase da vida é percebida pelos integrantes do “Projeto de Inclusão Digital para a Melhor Idade”, que esta sendo desenvolvido na Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Programa que segue as diretrizes estabelecidas pelo Projeto Político Pedagógico da Instituição que é o desenvolvimento nos (sete) municípios do Litoral, como pontos principais a inclusão social e informação para a cidadania plena.

Para um melhor entendimento, será feito um breve histórico do projeto, relatado pelo professor Marcos Cláudio Signorelli docente do Curso de Fisioterapia, responsável pelo projeto de inclusão digital. Segundo ele esse projeto foi uma demanda apresentada em 2007 por idosos que faziam alongamento em um grupo de

Fisioterapia, sugerido pelos mesmos, cujo interesse era a comunicação com parentes distantes.

Iniciou-se em 2008, com (sete) idosos, as aulas eram uma vez por semana nas 4ª feiras, contando com uma aluna monitora do curso de Fisioterapia e uma aluna voluntária.

Em 2009, devido a demanda, a proposta foi ampliada para duas turmas com duas bolsistas.

Em 2010, devido à procura, houve ampliações no programa, pois com sessenta e cinco idosos participantes eram necessários mais bolsistas, atualmente cinco. As aulas são no laboratório de informática, às 3ª, 4ª e 5ª feiras em dois horários com reforço às 6ª feiras.

Nesse período o programa contou com a colaboração dos professores Jackson Góes e Clóvis Wanzinack. O instrumento usado para o aprendizado da Informática é baseado em uma apostila que foi elaborada pelos monitores do curso, para essa atuação recebem capacitação na área e formação pedagógica para a inclusão dos idosos participantes.

Essa pesquisa nos proporcionou revelar a experiência da Inclusão Digital para os idosos participantes do referido programa mencionado anteriormente, resguardando suas identidades, serão identificados pelas iniciais de seus nomes, pelo gênero e pela idade, serão destacados no transcorrer do trabalho de acordo com as respostas obtidas em cada item.

Bem como as suas experiências no domínio de novas tecnologias na interação e comunicação familiar e social que será aplicada junto a integrantes do projeto o qual também faço parte como participante do grupo atual.

Serão destacados também o motivo que os levou a participar desse projeto e quais foram as mudanças obtidas no período com relação a tecnologia de informação e comunicação no convívio familiar e social.

Foi usada a pesquisa qualitativa com vista a obter dados coletados em pesquisa de campo, o recurso usado foi a entrevista, posteriormente foram analisados, e constituídos relatórios que responderão as questões propostas neste trabalho, serão construídos a partir do que foi elencado no contexto, bem como princípios e valores historicamente construídos, vivenciados e analisados criticamente no âmbito da profissão do Serviço Social. Contamos com a participação de seis pessoas, do “Projeto de Inclusão Digital Para a Melhor Idade”, três são do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades entre 55 e 70 anos, com escolaridade a partir da 4ª série do primeiro grau até o universitário incompleto, estando todos aposentados, o tempo de participação no projeto é compreendido entre seis meses e um ano. O primeiro

contato estabelecido foi pessoalmente e posteriormente confirmado por telefone, concordando em colaborar com esse trabalho, através de um termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo as normas éticas da profissão, conforme os requisitos exigidos pela legislação em vigor.

Como falamos anteriormente as entrevistas foram gravadas, com tempo aproximado de duas horas cada, na seqüência foram transcritas e analisadas, buscando o contexto correspondente à pesquisa qualitativa.

Nas conclusões será destacado o resultado da pesquisa, analisados de forma que se possam obter respostas para as nossas indagações quanto à velhice na era da comunicação.

Com o objetivo de entender o significado da velhice, conforme a realidade de cada indivíduo participante do projeto, a partir de sua construção cultural e social, e gerar discussão sobre o tema Inclusão ou Exclusão relacionadas às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para melhor entendimento da questão foram buscados na literatura os conceitos que pudessem fundamentar o trabalho, especificamente sobre a velhice, inclusão digital, cidadania, inclusão e exclusão, sentido de vida, baseados nos seguintes autores: Almeida (2003), (Peixoto (1998), Debert (1998), Ianni (1995), Santana (2003), Sennet (2006), Sommerhalder (2009), Frade (2002), dentre outros que complementam a discussão.

O trabalho será estruturado em dois capítulos sendo que no primeiro deles abordamos a questão relativa ao envelhecimento, relações sociais e inclusão digital e no segundo enfocamos a questão relacionada à velhice e experiência da inclusão digital a partir de depoimentos dos sujeitos da pesquisa, quanto ao sentido do envelhecimento a partir da inclusão digital, nas relações familiares e sociais.

CAPÍTULO I

ENVELHECIMENTO, RELAÇÕES SOCIAIS E INCLUSÃO DIGITAL

Em nossos dias o envelhecimento está sendo visível em dois cenários distintos positivamente e negativamente em relação às condições de vida. Os aspectos positivos são as possibilidades de qualidade de vida melhor, proporcionada pela tecnologia que gera recursos de superação às limitações físicas, desenvolvimento de novos medicamentos, pelas políticas públicas adotadas, dentre outros fatores e, por outro lado, a parte negativa refletida na velhice continua sendo o abandono e desvalorização desses sujeitos, mantendo-os à margem da sociedade. É evidente que ocorreram mudanças e evoluções a começar pelo conceito de terceira idade, nos levando a crer em novas formas e novas possibilidades de vivê-la, apesar de estar ligada a um forte apelo ao consumo relacionado ao mercado, especialmente na função deste em ditar valores relacionados à estética, vestuário entre outros. Muitas portas foram abertas em nossa sociedade e a presença dos idosos está refletida em vários espaços de convivência social, sejam em grupos de terceira idade, associações, escolas e universidades, através de projetos públicos caracterizados como de responsabilidade social direcionados a esse segmento, a exemplo do trabalho relativo ao projeto de inclusão digital, tema de nossa pesquisa.

1.1 SOCIEDADE E ENVELHECIMENTO

O processo demográfico do envelhecimento é um fato que ocorre no mundo inteiro, devido à diminuição das taxas de fecundidade, natalidade infantil e aumento da expectativa de vida fato relevante para esse trabalho. Considerando a evolução da medicina e a inserção da mulher no mercado de trabalho, acrescido pela melhoria das condições de vida da população, está ocorrendo o fenômeno da pirâmide etária invertida, pelo qual se observa um estreitamento da base ocupada pelas categorias etárias mais jovens, e um alargamento do ápice, ocupada pela população mais idosa.

A Organização das Nações Unidas - ONU (2002) considera o período de tempo compreendido entre 1975 a 2025 a “Era do Envelhecimento”. Esse estudo é destacado pela ONU e conforme dados nele constatado demonstra-se que nas nações desenvolvidas o crescimento da população idosa foi de apenas 54%, destacando que

nos países em desenvolvimento o crescimento atingiu 123% no período de 1970 a 2000.

Conforme dados do IBGE (2000) é estimado que em 2020 os idosos no Brasil representem a sexta população no mundo (são consideradas idosas no Brasil, as pessoas com mais de 60 anos de idade) e esse grupo populacional poderá ultrapassar os 13 milhões de habitantes. Esses dados vêm acompanhados de esperança de vida da população brasileira que deverá alcançar a média de 77,08 anos de idade, no período de 2020 a 2025. Portanto, o envelhecimento pode ser visto como um desafio para o campo das políticas públicas atuais.

O que temos observado é que as políticas sociais destinadas aos idosos não são adequadas, devido à discordância e contradições de discursos entre o disposto na norma constitucional e a execução dessas. O artigo 230 da Constituição Brasileira determina primeiramente que “a família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhe o direito à vida”. Nesse sentido cabe destaque aos limites da ação do poder público no cumprimento da norma constitucional, pois as práticas demonstram que o Estado só é acionado em caso de vulnerabilidade extrema. Mesmo em termos legais a família é colocada em primeiro lugar na obrigação de amparar o idoso, recorrendo ao Estado normalmente quando se caracteriza extrema pobreza. E ainda, nessas situações o que predomina é a ausência de políticas públicas que as apóie no cuidado com os familiares idosos.

A situação se torna mais grave ainda pelo fato de que grande parte da população idosa se constitui de chefes de família, com um salário mínimo de aposentadoria, indicando que esse benefício se tornou insuficiente para prover as necessidades básicas, o padrão e qualidade de vida anterior, esse fato faz com que os mesmos busquem outras formas de trabalho para sobreviver.

A enciclopédia Larousse da Terceira Idade (2003) apresenta com naturalidade essa fase da vida e a compara com o ciclo das estações do ano, a infância com a primavera, a juventude com o verão, a terceira idade com o outono e a velhice com o inverno. Por muito tempo apresentou-se uma concepção generalizada da terceira idade como uma fase passiva e dependente, no entanto e contraditoriamente o que a realidade nos demonstra é que muitas pessoas chegam a essa fase com bom estado de saúde mental e com muita disposição para vivê-la que passa a ser uma etapa ativa e independente.

A saúde mental tem relação direta com o estado emocional e os cuidados com a saúde física.

Para manter uma boa saúde mental, é preciso desenvolver atividades que exercitem a mente e ampliem suas capacidades. Sentir motivação, satisfação e tomar certas precauções que melhoram a capacidade de raciocinar, elaborar pensamentos, manter uma atitude crítica e compreender a realidade (LAROUSSE, 2003 p.40).

Ainda nesta mesma referência, o número de idosos está aumentando e é confirmado pelos dados citados anteriormente. No século XXI, viver 100 anos já parece normal, este vai ser o “século da terceira idade” (LAROUSSE, 2003, p. 13).

De acordo com Peixoto (1998), na França no Século XIX, a questão da velhice era caracterizada pelas pessoas chamadas “velhas” aqueles que não podiam assegurar financeiramente seu futuro, o indivíduo desprovido economicamente, os que não tinham status social, diferentemente dos mais abastados que eram designados idosos, evidenciando preconceitos existentes já naquela época. No Brasil segundo a análise de Peixoto essa conotação negativa do termo velho, seguiu o mesmo processo da França, com uma diferença de período, isto é, antes dos anos 60. Foi na década de 90 que certos documentos oficiais recuperaram a noção de velhice como “idoso”, independente de classe social. Ao longo da história da humanidade são evidenciadas as diferenças relativas à expectativa de vida e isso se deve a vários fatores:

[...] o controle de muitas doenças infecto-contagiosas e potencialmente fatais, sobretudo a partir da descoberta dos antibióticos, dos imunobiológicos e das políticas de vacinação em massa; diminuição das taxas de fecundidade; queda da mortalidade infantil, graças à ampliação de redes de abastecimento de água e esgoto e da cobertura da atenção básica à saúde; acelerada urbanização e mudanças nos processos produtivos, de organização do trabalho e da vida. (Minayo apud FERNANDES e SANTOS, s/d p. 49)

Em determinadas épocas como no final do século XIX e durante o século XX o Brasil também foi assolado por endemias consideradas próprias das áreas rurais como a malária, febre amarela, leishmaniose, doença de Chagas entre outras. Tais doenças foram causas de preocupação para a Saúde Pública. No século XX devido ao contexto econômico social e político, a preocupação foi em relação às áreas urbanas, com o êxodo do campo houve aglomerações nas cidades, onde as condições de vida se tornaram precárias. Coube aos sanitaristas brasileiros recém formados a tarefa de controle e eliminação, das “pestes” como eram conhecidas tais doenças. Diante de tais situações de risco, tiveram início os projetos de urbanização e saneamento nas grandes cidades, portanto as epidemias e endemias dessa época têm relação com o curto período de vida de famílias inteiras entre elas os idosos, considerados vulneráveis, que se constituíam em um grupo pequeno.

Relato histórico obtido na Enciclopédia Larousse da Terceira Idade (2003, p. 14) quanto a estudos das relações dos povos pré-históricos com o envelhecimento, houve uma alternância de valores, desde ignorar os velhos até a obediência ao varão mais velho, conforme a época, em 2500 a.C. No Egito a velhice era considerada a pior das desgraças, diferenciada pelos judeus e hebreus que respeitavam os seus velhos.

A Idade Média caracterizou-se por não valorizar a vida, principalmente a dos idosos. Naquela época muitos deles sofreram com situação de mendicância. Durante o Renascimento somente os ricos e poderosos eram respeitados. O respeito aos idosos foi promovido através da Reforma e Contra-Reforma - movimento que compõe a reforma protestante promovida por Lutero contra a Igreja Católica, de caráter religioso com motivação política, o qual ao longo do tempo vem sendo associado aos movimentos reformadores que se seguiram, exemplificadas atualmente as lutas do povo, em função de ampliação de direitos, gerando inclusão social, base da transformação da sociedade para um mundo melhor.

Foi a Revolução Industrial que permitiu maior longevidade, melhorando o conceito de velhice entre os burgueses enquanto que os operários que não podiam trabalhar eram abandonados à própria sorte, não tinham nenhuma proteção social estabelecida. Com o evento do capitalismo o trabalho perde o sentido humano, assumindo o caráter abstrato, passa a ser uma atividade voltada para a produção, troca de mercadorias, caracterizando-se como exploração do trabalho pelo capital, fase em que o capitalismo fez uso da mais valia para acumulação do capital, levando uma grande parcela de trabalhadores ao pauperismo. Nessa época se iniciaram os primeiros movimentos operários, explicitando a chamada luta de classes. Foram “lutas pela jornada normal de trabalho” (Marx, 1987) que resultaram em novos regulamentos sociais e de trabalho implantados pelo Estado, em função do bem estar social.

Infelizmente o Estado de bem estar social no Brasil não chegou a acontecer, foram adotadas apenas algumas medidas frágeis de proteção social. Portanto, até a proclamação da República não se tem conhecimento de nenhuma legislação social, os registros existentes apontam para as décadas de 1930 e 1940, demarcando o início da regulamentação da política social, entretanto restrito a quem possuía carteira de trabalho. Naquele período a política social ficou caracterizada pela lentidão na expansão de direitos, de modo que a velhice, como preocupação social está ligada a esse tempo histórico e tem relação com a luta de classe em busca de direitos.

A preocupação de cuidar dos anciãos, indigentes e enfermos só ocorreu em meados do século XVIII. O problema social associado à velhice envolve as lutas econômicas do início do capitalismo, responsável pela miserabilização das famílias, as chamadas classes “deserdadas”. Segundo (Prado, 2007) os deserdados brasileiros

eram formados, sobretudo de pretos e mulatos, forros ou fugitivos da escravidão, índios destacados de seu habitat nativo, conceituados como mal ajustados.

Da mesma maneira, no século XIX na Europa as chamadas classes “deserdadas” eram constituídas pelos operários empobrecidos e suas famílias, impossibilitados em suprir suas necessidades básicas. A “velhice” como problema social surge entre os operários, em decorrência da ampliação rápida da organização capitalista do trabalho e do sistema de atitudes que lhes era associado. (DUMNONS, 1994)

Os antigos operários da Europa no século XIX, ao chegar à velhice não podiam se manter, diante desse fato caberia à família ou à empresa assumir esse encargo, dessa maneira ficou constatado que o salário renumera apenas a força física do trabalho, sem levar em conta outros encargos que vão além de suas necessidades.

As transformações e adaptações sofridas durante esse período da história culminou com muitos avanços no estudo do envelhecimento com destaque para a geriatria, um novo ramo da medicina, responsável pela saúde e bem estar dos idosos.

Em meados do século XX os gerontólogos apresentam a velhice e uma nova maneira de não ser “velho”, visando atender as novas categorias de “velhos” aposentados, com necessidades especiais em relação a atividades culturais e psicológicas, cuja função é tornar normal, as relações entre gerações na vida cotidiana e na vida familiar, preconizando a idéia do “saber envelhecer”.

A partir de uma posição histórica subvalorizada, a velhice passou à confortável supervalorização, marcada pelo discurso gerontológico sobre o velho como fonte de privilégios, conforme escreve Debert (2003). Em seus estudos, a questão da velhice é entendida como uma “construção social” citada pela autora em (1998), parte do pressuposto que é a sociedade/cultura que estabelece as funções e atribuições preferencias de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família.

No entendimento dessa mesma autora essas atribuições em boa parte são arbitrárias porque não levam em consideração o tempo social, dinâmico e mutável, que permite que tais atribuições sejam reconstruídas dando a impressão que são afirmadas na ordem cronológica e biológica, portanto natural.

Ecléa Bosi considera a categoria social dos idosos prejudicada e afirma essa condição:

A sociedade industrial é maléfica para a velhice [...] Quando as mudanças históricas se aceleram e a sociedade extrai sua energia da divisão de classes, criando uma série de rupturas nas relações entre os homens e na relação dos homens com a natureza, todo sentimento de continuidade é arrancado de nosso trabalho. A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua

obra. Perdendo a força de trabalho já não é produtor nem reprodutor. (BOSI, 1973, p.35)

Lasch faz também comentário de como a nossa sociedade define os idosos, em termos que descaracterizam o respeito, tratando-os como:

[...] inúteis, forçando-os a se aposentar antes de ter exaurido sua capacidade para o trabalho e reforça seu senso de superfluidade? em todas as oportunidades. Ao desvalorizar a experiência e dar muito valor à força física, destreza, adaptabilidade e à capacidade de surgir novas idéias, a sociedade define a produtividade em modos que automaticamente excluem os cidadãos mais velhos. (1983, p.253)

Essa imagem do idoso em nossa sociedade é no mínimo pejorativa e preconceituosa que pode ser caracterizada no sentido literal de inutilidade, a idade não poderá servir de referência para a exclusão do mercado de trabalho, tampouco de parâmetro para a incompetência, certamente está ligada à mentalidade do capitalismo onde tudo é descartável, inclusive a experiência acumulada durante uma vida.

Em geral, os idosos têm menores benefícios materiais do que outros segmentos da população. A aposentadoria com o passar do tempo não acompanha o mesmo patamar dos que estão em atividade, resultando em uma perda significativa de rendimento, podendo causar uma queda no padrão de vida das pessoas mais velhas, no exato momento em que a maioria faz uso de medicamentos de uso contínuo, gerando um problema social para essa classe e para a família.

Na sociedade capitalista em que é valorizada a juventude, a vitalidade e a atratividade física, as pessoas mais velhas, quase chegam ao nível da invisibilidade. Ou, somente são visíveis quando se tornam alvo da sociedade de consumo, e ainda assim, a visibilidade é relacionada aos idosos com seu poder aquisitivo, pois os demais, em muitos casos se encontram à margem da civilização, estigmatizados pela condição social e pelo desrespeito entre gerações, permanecendo fora do cenário social. No entanto algumas mudanças já são visíveis em atitudes que dizem respeito ao envelhecimento. É improvável que se recuperem toda a autoridade e o prestígio que se concedia aos mais velhos nas sociedades antigas, a diferença é que as pessoas mais velhas estão adquirindo maior peso político e se tornando um poderoso grupo de pressão política (a lógica capitalista, determinados grupos de idosos com poder aquisitivo significativo passam a ser “incluídos socialmente” e adquirem visibilidade, respeitabilidade por ascenderem à categoria de “consumidores” e não pelo que representam em termos de memória, experiência, relações humanas/afetivas, etc.)

A terceira idade compreende a fase em que as pessoas estão livres das responsabilidades familiares e do trabalho com horário a cumprir. Caracterizando

liberdade para levar uma vida independente que poderá ser usada para aprender e explorar novas habilidades com novos conhecimentos.

Definida pela ONU¹ em 1982, estabelecida através da Resolução 39/125 na Primeira Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento da População, como início da velhice, pessoas com sessenta anos ou mais que não estão na última fase da existência humana, correspondem à 3ª idade ou “melhor idade”, associada à aposentadoria, é caracterizada como uma fase descompromissada do trabalho, que permite o acesso às atividades de lazer e a buscar aos sonhos que foram protelados por falta de oportunidade. Essa realidade, entretanto não se estende de modo generalizado à população que chega à terceira idade, mas destacamos que corresponde à condição dos seis participantes do projeto em questão, em busca de realização pessoal e bem estar social. As melhores condições de vida conquistadas também acarretam uma exigência maior no desempenho da cidadania, propondo uma nova dinâmica social, diferente da vivida em períodos anteriores. Mudança assegurada pela Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS definida como direito do cidadão e dever do Estado, como Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, que devem ser realizadas, pela integração de ações públicas e da sociedade, para garantir as necessidades básicas. Em seu Art. 2º estabelece como objetivos: A proteção à família, à maternidade, à infância, adolescência e a velhice e também garante 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Conforme a Enciclopédia Larousse da Terceira Idade: uma visão moderna da velhice implica em entender que as pessoas na terceira idade são muito mais do que um grupo numeroso que precisa de proteção e cuidados. É preciso também oferecer os recursos necessários para facilitar-lhes a vida, para que participem e desfrutem da sociedade em que vivem. Isso deve ser feito sem atitudes paternalistas, uma vez que os idosos pertencem a um segmento da população tão importante como qualquer outro. A autonomia da terceira idade caracteriza-se pela condição de se relacionar com a família e com a sociedade de modo igualitário, com respeito às limitações, de preferência sem conflitos, fazer uso do diálogo respeitoso, em defesa de seus direitos e suas necessidades. Apesar dos cuidados com os idosos estar arraigado culturalmente no núcleo familiar, ele não se aplica a todos, conforme nossa análise

¹ A ONU estabelece 60 anos à idade que demarca o início da velhice nos países considerados em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos, embora existam muitas variações sociais e individuais que interfiram no ritmo do envelhecimento de cada um. (NERI, 1991).

poderá se apresentar de duas maneiras: uma, como excesso de cuidados que prejudicam sua autonomia, não levando em conta que o simples fato de ser velho não deve servir de empecilho, para tomar decisões e controlar sua própria vida; E outra que pode ser caracterizada como abandono, ou seja, há negligência por parte da família, comunidade e o próprio Estado, que revelam a falta de atitude diante das situações de vulnerabilidade, não raro noticiada na mídia, se configurando como quebra de responsabilidade em relação aos cuidados mínimos do dia a dia, até o esquecimento em asilos. Vidas banalizadas como os casos de maus tratos nos transportes coletivos, nas ruas e até no interior da família são cada vez mais comuns.

O fenômeno do envelhecimento no Brasil foi constatado no século passado e é um processo diferenciado, devido ao país ter dimensões continentais, destacando a região Sul e Sudeste com a melhor condição de vida, e a expectativa ao nascer de cerca de setenta e dois anos, diferença enorme com a região Norte e Nordeste, que a expectativa de vida ao nascer é de sessenta e dois anos apenas.

Segundo (Camarano, 2002; Chaimowicz; 1997) no Brasil o processo de envelhecimento da população é marcado por grandes “desigualdades e injustiças sociais”. Como seriam as condições de vida dessa população? Essas preocupações evidenciam uma situação a ser enfrentada pela sociedade civil, Estado e demais instituições ligadas a esse segmento, em vista às reais necessidades que possam reverter em qualidade de vida. Para enfrentar esse problema o setor público precisa estar preparado, principalmente no que se refere à saúde, com profissionais capacitados e especializados em políticas públicas voltadas para os idosos.

A velhice é um tema integrante da questão social, tem história recente no Brasil e está ligada aos significados da velhice em nossa sociedade, que rejeita os velhos. Esse processo de envelhecimento está relacionado às esferas da estrutura social, política, cultural e da economia até pouco tempo ignoradas e que provavelmente esse contingente populacional passará a demandar adequadas condições de vida, a ser atendidas pelo Poder Público e pela sociedade.

Justamente porque nas sociedades modernas, a velhice é sinônimo de recusa e banimento, evidenciada, em muitos casos pela segregação e pelo isolamento social, pela ruptura dos laços afetivos, familiares e de amizade, pela negação do direito de pensar, propor, decidir, fazer, até pela expropriação do próprio corpo; além de outras formas mais sutis em tom protetor embora cercado de cinismo quando se referem aos “velhinhos”.

Esse termo da maneira que muitas vezes é colocado passa a uma conotação de “menoridade”, negando a possibilidade de constituir-se como sujeito. Cabe destacar que a noção de sujeito implica a

apropriação e reapropriação, pelo ser, dos meios que lhe permitam traçar um caminho pessoal e original na organização de sua vida, meios que não se restringem apenas à capacidade de reflexão, mas à possibilidade de ter esperança e potencializar essa esperança em ação. (SAWAIA, 1994, p.52)

Uma observação importante é que a modernidade não só produziu a velhice como a conhecemos, mas também criou condições para ser vivida mais longamente, como veremos a seguir:

Os avanços na medicina, o diagnóstico precoce e a prevenção de determinadas doenças, a ampliação das possibilidades de acesso aos serviços de saúde, a generalização dos serviços de saneamento básico, a alteração nos hábitos alimentares e de higiene, a prática de exercícios físicos, dentre outros fatores, contribuíram decisivamente para o aumento da “esperança de vida”. (CARVALHO; ALMEIDA, 1998, p.50)

Para alguns estudiosos o novo perfil demográfico, ou seja, o aumento no número de idosos e de anos vividos trouxe como consequência, uma maior visibilidade da velhice. Segundo Joel Birman (1995 p.35-6)

Na atualidade se processam transformações importantes nas relações estabelecidas pela sociedade com a velhice na nossa tradição cultural. A velhice passa a ser objeto de cuidado e atenção especiais [...] Parece que começou a se realizar no Brasil de maneira lenta um processo que indica uma reviravolta importante na relação de nossa cultura com a velhice [...] (ela) passa a receber um olhar e um início de reconhecimento social que não existe na memória da modernidade.

Uma nova história passou a ser escrita no Brasil em relação aos idosos, a partir do Estatuto do Idoso, depois de sancionada a Lei nº 10.741/03, entrou em vigor em Janeiro de 2004, esse estatuto que determina inúmeros benefícios e garantias à terceira idade, além de instituir penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos idosos sejam masculinos ou femininos.

O Estatuto do Idoso Brasileiro garante: Lazer, Cultura e Esporte a todos os idosos e tem toda uma legislação para isso, e o direito ao transporte também. Direitos quanto à Previdência, à Assistência, à Saúde, à Educação e à Habitação, enfim o direito à vida com o respeito que merece.

Para isso há um instrumento legal e legítimo: a Política Nacional do Idoso que direciona, viabiliza, promove prioriza, capacita, enfim é responsável na implantação de toda pauta de ações cabíveis no âmbito das ações do Estado brasileiro, relacionadas ao direito do idoso.

A Política Nacional do Idoso representada pela Lei 8842/94 foi criada em função de programar ações em favor do segmento idoso da população no sentido de assegurar os direitos estabelecidos pelo Estatuto do Idoso pela Lei 10. 741/2003. Os instrumentos usados são as conferências realizadas a nível municipal, estadual e federal onde são discutidas, avaliadas e posteriormente aprovadas ou não as propostas encaminhadas pelos representantes da sociedade civil organizada, conselhos municipais e estaduais, instituições da área ligada aos idosos, é um esforço para garantia de direitos que precisam sair do papel e dar dignidade a vida dessa camada da população que muitas vezes passa despercebida.

Como exemplo disso a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa-(CNDPI) realizada no período de 23 a 26 de maio de 2006, com vistas ao fortalecimento da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) aprovou as seguintes deliberações: 1. Ações para a efetivação dos Direitos da Pessoa Idosa; 2. Violência contra idosos; 3. Saúde da Pessoa Idosa; 4. Previdência Social; 5. Assistência Social à Pessoa Idosa; 6. Financiamento e Orçamento Público; 7. Educação Cultura e Lazer e 8. Controle Democrático: o Papel dos Conselhos. Em vista disso é inegável a amplidão do assunto a ser tratado devido à complexibilidade da situação em questão e à relevância do tema em discussão servindo de instrumento para a 2ª Conferência.

Na 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa realizada em Brasília no período de 18 a 20 de Março de 2009 a discussão girou em torno dos avanços e desafios, com a avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Sob a temática “O século do envelhecimento: qual sociedade queremos construir?” o debate foi composto de 9 eixos temáticos: Eixo1. Ações para a efetivação dos direitos da pessoa idosa quanto à promoção, proteção e defesa; Eixo 2. Enfrentamento a violência; Eixo 3. Atenção a Saúde; Eixo 4. Previdência Social; Eixo 5. Assistência Social; Eixo 6. Educação, cultura, esporte e lazer; Eixo 7. Transporte, cidade e meio ambiente; Eixo 8. Gestão, participação e controle democráticos; Eixo 9. Financiamento.

Destacamos o Eixo 5 no qual foram debatidas e aprovadas políticas que se referem à área tecnológica, em especial a que visa promover a inclusão digital e tecnológica da pessoa idosa por meio da implantação e manutenção de infocentros nas associações de idosos, Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS) e Centro de Referências Especializadas de Assistência Social – (CREAS).

Essas conferências trazem para discussão a situação atual do idoso e as formas para a construção da sociedade atual e futura da população. Conforme as estatísticas os idosos serão maioria em nosso país, é preciso se preparar para que

isso aconteça de maneira competente e organizada não desprezando o uso das tecnologias, como instrumento de inclusão social e cidadania.

1.2. INCLUSÃO DIGITAL, VELHICE E CIDADANIA

A Inclusão Digital é caracterizada como a democratização do acesso ao computador ou às tecnologias da Informação para todos os povos, independente da idade, estado ou nação. Hoje, o analfabetismo digital é considerado o segundo tipo de analfabetismo e o grande causador da exclusão. Pode-se dizer que está excluído aquele que não usufrui das tecnologias para melhorar as suas condições de vida.

O tema Inclusão Digital passa a ser de grande interesse social, econômico e cultural, por se tratar de uma rede digital de conhecimentos, chamada de sociedade do conhecimento, caracterizada por uma aprendizagem contínua e de alcance global, por isso um tema de relevância social e ética.

Conforme Pires (2001, p.153-167), a globalização entende *ethos* como uma consciência ética universal (em alemão: *Weltethos*). Significa atitude moral básica do homem, considerado individual ou coletivamente. Para Pires, o *ethos* universal deve ser constituído por meio da luta pela preservação da Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e por uma globalização solidária, em escala planetária.

Concordando plenamente com o pensamento do autor acima citado, a formação cidadã decorrente do respeito aos direitos humanos estabelecidos pela ONU a aquisição do conhecimento deve ser abordada como uma questão de direito universal, acessível a todos sem qualquer distinção é colocado por Gepindi o acesso a tecnologia da informação como um direito a todos e com base nos princípios relativos aos direitos humanos como independência, participação, cuidados, acesso ao conhecimento, realização pessoal, dignidade, é estabelecido pelo Estatuto do Idoso com vistas a sua garantia conforme dispõe o art. 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhe, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Compartilhando do pensamento de Cristiane T.F. de Moraes, conforme artigo Cartilha de Inclusão Digital (CDI), se referindo a Paulo Freire quando este afirma que

não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem e que a educação é possível para o homem porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Nesse sentido, nosso processo de educação é contínuo, constante, eterno. O filósofo Sócrates deixou no seu legado a profunda reflexão “só sei que nada sei”, inspirando-nos a perceber que quanto mais aprendemos, vislumbramos que muito mais ainda nos falta aprender. Portanto, por mais complexo que seja o conteúdo a ser apreendido, para a humanidade sempre haverá possibilidades.

Nos processos que se colocam o objetivo da inclusão digital, especialmente para pessoas de gerações que não conviveram desde a infância com o aparato tecnológico, haverá sem dúvida, algumas dificuldades adicionais, porém, considerando se tratar de um trabalho com pessoas adultas e idosos há ganhos pela existência de critérios para o uso da tecnologia e esta não se caracteriza como um aprendizado somente instrumental. A utilização do computador para o idoso permite o acesso a Internet e as informações de interesse como redes sociais, serviços, e-mail, pesquisas, colaborando para reduzir o isolamento que a idade impõe, promovendo a conquista de autonomia e bem estar.

Conforme o CDI do Estado de Sergipe (Comitê para Democratização da Informática). A Inclusão Digital, para acontecer, precisa de três instrumentos básicos que são: computador, linha telefônica e o acesso à rede. Logo, o importante não é a pessoa ter computador, mas sim como ela utiliza as informações adquiridas. Neste mesmo documento as informações são caracterizadas como: a) Utilitária - aquela utilizada para suprir necessidades básicas de indivíduos ou grupos. Identificada por responder questões relacionadas à alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação direitos, etc; b) Contextual - aquela requisitada por indivíduos ou grupos que buscam esse tipo de informação como garantia de permanência/integração nos diversos contextos em que participam – profissional, comunitário, grupal ou outros.

O mundo contemporâneo está em um estado de transformações e as possibilidades de deterioração das relações humanas tornam-se tão presentes, que o resgate de certos valores “meio adormecidos”, no afã do desenvolvimento puramente tecnológico e econômico, precisa ser considerado e reavaliado.

Na busca do fundamento teórico para esta pesquisa foram encontrados uma gama de conceitos, alguns emergentes e outros clássicos e milenares, que, por caminhos diversos, convergem para um conceito de inclusão digital como novo modo ético e sociopolítico para a aquisição da cidadania.

Conforme o artigo elaborado pelo Grupo de Estudos em Política de Informação e Inclusão Social (Gepindi) que é vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, da

Universidade Federal da Bahia. (Posici/ICI/UFBA), a Inclusão Digital é situada como irrecusavelmente inserida no contexto atual: “espírito do nosso tempo”, isto é, constitui-se como fruto do que se denomina sociedade da informação, baseada nas redes digitais, ou sociedade do conhecimento, que privilegia o saber perante o fazer. Essa colocação é posta em discussão por Dudziak (2003, p.26) se referindo ao conceito como competência da Informação não sendo só a aquisição de habilidades básicas, mas também a capacitação para utilização dessas mídias.

Ambas as denominações são unificadas pelo condicionamento do sucesso pessoal e social à aprendizagem contínua, em uma conformação de círculo virtuoso. A inclusão digital deve ser de tal forma que os incluídos ao longo da vida, sejam capazes de acessar, avaliar e usar as informações de maneira eficaz no sentido de solucionar problemas, contribuindo para que outras pessoas aprendam a partir dela.

Quando abordamos o sentido da Ética, entendemos que ela provoca a reflexão de idéias e propõe valores, concordamos com a colocação de Lastoria (2001, p.63) que recorre aos gregos, os quais compreendiam que o *ethos* é, para o homem, a expressão normativa da sua própria natureza. Embora uma criação humana, a expressão normativa pode ser observada a partir de um distanciamento consciente, quando então, adentra-se o terreno da ética, como discurso racional sobre os modos de viver em comunidade, os costumes de um determinado grupo social, os seja, da cultura de um grupo.

Segundo Caniello (2003, p.31-32) o conceito de *ethos*, apropriado pelas ciências sociais por Kroeber e Geertz, tem estreita identidade com a noção de Volksgeist (espírito de um povo), elemento central da filosofia de Hegel, para quem o “espírito” de um povo ou cultura, estará sempre traspassado pelo “espírito do tempo” (Zeitgeist), que lhe impõe limitações e constrangimentos. Conforme a síntese de Caniello (2003, p.31-32) sobre o pensamento de Kroeber e Geertz, o *ethos* guarda a marca da estrutura que conforma a tradição de um povo, seu “espírito”, mas também comporta os influxos da ação dos sujeitos e das pressões conjunturais que interagem com essa estrutura, em determinado tempo histórico.

Outro conceito importante no debate da inclusão digital é o de cidadania. Encontramos no pensamento de Bodstein, sobre a cidadania a afirmação de que,

[...] apesar de sua estreita relação com a ideologia individualista moderna, deve ser abordada como uma experiência histórica, cujo aparecimento remete à Antigüidade Grega. Desde o seu início, cidadania caracteriza uma relação entre iguais, e destes com o poder. Assim, só ganha existência como medida de igualdade e de convivência coletiva dentro de uma comunidade política, composta de sujeitos portadores de direitos. Constitui-se, dessa forma, em pré-

requisito indispensável para inclusão e participação na vida pública. (BODSTEIN, 1997, p.186).

Para chegar ao parâmetro atual de cidadania foram necessárias algumas revoluções, com destaque para a Revolução Francesa que iniciou o Estado de Direito, estabelecendo direitos iguais a todos os cidadãos. É inseparável da noção de igualdade sociopolítica, presente de forma restrita ou ampliada em todas as sociedades. Atualmente a efetivação da “cidadania” está na pauta dos movimentos sociais organizados em busca de seus direitos. (MANZINE, 2006, p. 9). No Brasil a cidadania está explícita na Constituição de 1988, refletida nas leis que estabelecem os direitos e deveres dos cidadãos e que pode ser entendida como um processo dialético no caminhar de uma sociedade em busca de melhorias de vida em nível econômico, político, social e cultural. Entretanto, ela só se fará real através das reivindicações, de determinados grupos, para apropriação de espaços, no sentido de uma construção coletiva, de modo que permita o acesso ao direito social como (educação, saúde, habitação, cultura) à vida no sentido pleno. De qualquer maneira e em suas múltiplas dimensões, a cidadania é um meio de proteção e uma condição para o exercício dos direitos e, também, deveres no caso do espaço digital atual.

A difusão da tecnologia possibilitou a integração de elementos culturais e informações técnicas ao mundo todo. Destaca-se na linguagem comum e no discurso político, o termo globalização transmita a idéia de “inclusão”. Assim, exclusão, inclusão subalterna e dependência são todas formas de o *local* se relacionar com o *global*. A luta pela inclusão deve ser uma luta de resistência ao modelo hegemônico da globalização, uma luta por conectar a comunidade local de forma a garantir a sua autonomia, para que não se estabeleça uma relação de dependência ou subordinação em relação ao Global. Essa resistência consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada e assim agir sempre no sentido de assegurar a construção e a afirmação das identidades, processo no qual as tecnologias de informação e comunicação (TICs) podem ocupar importante papel com vistas a superar os conceitos de inclusão digital vigentes, em conformidade com o Projeto Casa Brasil do Governo Federal.

Quanto ao uso comunitário e social das TICs, mais do que tomá-las como ferramenta de acesso aos conteúdos da rede mundial, deve transformá-las em ferramenta de produção de conteúdos próprios, criando ou fortalecendo vínculos comunitários.

Se analisado pelo ponto de vista ético a inclusão digital, deverá ser considerada como uma ação para a conquista da “cidadania digital” no sentido de contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Enquanto que pela ótica da ciência da informação, o acesso à informação pelos meios digitais é como ponto de chegada a assimilação da mesma deverá ser reelaborada em novo conhecimento, tendo como consequência almejada a melhoria de qualidade de vida das pessoas incluídas.

Frade (2002, p.1) coloca o conceito de cidadania como “mutável” desde o início da sociedade organizada. E destaca que nas últimas décadas, houve uma aceleração em ritmos alucinantes, para se adequar as novas exigências do mundo contemporâneo.

Foi a globalização que possibilitou a quebra de fronteiras, disseminando culturas e com isso a explosão e mercantilização da informação. Mas também essa quebra de fronteiras pôs em xeque elementos relevantes de culturas locais e regionais. Por esta razão é importante abordarmos o debate de identidade cultural. De acordo com a literatura, vários conceitos sobre o tema já foram formulados, o que reflete a complexidade deste nas mais diversas abordagens, conforme Freire, (2006 p.229) citando os autores: Hall (1998), Maicas (1995), Castells (1999), Mendonça (2000).

Dentre os conceitos observados, citamos Hall, que a define como “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem da sensação de pertencimento a culturas étnicas, raciais, lingüísticas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 1998, p.8). E Castells, que a entende como “um processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significados com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla”.

Esses conceitos são complementados por (CASTELLS, 1999, p.39). Ou, ainda, quando designa a identidade cultural como o conjunto de hábitos, costumes, ideais, padrões de comportamento, criações artísticas, literárias e folclóricas que formam a personalidade histórica de um povo que devem ser preservados para a posteridade como referência.

Em Espírito Santo (2003), encontramos a concepção de Maicas (1995) segundo o qual a identidade cultural também pode ser definida conforme a sua contextualização. A identidade cultural estaria integrada subjetivamente também aos costumes, hábitos, tradições, valores, crenças, formas de viver, de pensar e de comportar, assim como a determinado estilo de vida em comunidade.

Em uma concepção subjetiva, a identidade cultural significaria o sentimento de pertencer a uma sociedade, na qual cada um poderia ter o sentido de ser um ator de sua própria história.

Contudo, já não é possível, em uma sociedade pautada pela velocidade, pela mídia, pelos deslocamentos constantes, colocar a questão da construção das

identidades nos mesmos termos “tradicionais” e conservacionistas MENDONÇA (2000).

Devido ao bombardeio de informações que somos submetidos pela mídia em tempo real, as manchetes de ontem passam a ser substituídas a cada dia, por outras mais sensacionalistas. Esta é uma das características da globalização, o espaço virtual permite ao mundo em tempo real uma conexão de informação e comunicação jamais vista, interligando sociedade, cultura, instituições, comunidades e países caracterizados na contemporaneidade como “aldeia global”, termo usado por Ianni (1995, p. 228). Esse acúmulo de fatos poderá acarretar a perda ou enfraquecimento das culturas a nível local e territorial, contribuindo para uma possível mudança de identidade, e características próprias, devido à fragmentação composta por diversas culturas que poderão ser caracterizadas como contraditórias ou não resolvidas.

Na globalização, essa idéia de identidade unificada e estável está sendo posta em questão, pois se evidencia que é composta não só de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Manter a idéia de identidade unificada é correr o risco de haver certa manipulação em massa, no sentido oposto da cultura e da democracia. É neste ponto que surge a questão do enfraquecimento das identidades culturais no processo de globalização, em decorrência da emergência do espaço virtual.

Há um confronto entre as concepções de identidade cultural amparada na noção de território própria dos padrões tradicionais com a noção de ciberespaço, o qual é “desterritorializante” por natureza, conforme a colocação de Lévy (2000, p.92) ou produz inclusive alterações/conflitos identitários. É visível que as mudanças ocorridas no sentido tradicional de um povo criado sob o conceito de estado nação, já não encontra referencial dentro da teia mundial da rede.

Acostumado a pensar e agir dentro de grupos e instituições referenciais, o cidadão navega à deriva sem modelos nacionais a seguir. Não há mais fronteiras, seja para protegê-lo, seja para limitá-lo.

Ainda conforme Lévy (2000, p.92) foi constatado que o ciberespaço é, também, um ambiente multicultural, e esse aspecto representa toda uma riqueza de possibilidades para troca de informação e conhecimento. E, se é um espaço que não restringe culturas e assume a diversidade, é preciso conhecer e respeitar o outro como ele é, a partir e além de suas idiossincrasias.

Ou, mais ainda, por causa delas, na tentativa de construção de “um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns” Lévy (2000, p.92).

Assim, a cibercultura é a transformação da própria idéia de cultura. Não é apenas uma adaptação ao mundo virtual, mas, antes, a busca por uma nova idéia de compartilhamento. Sem contar com as referências de culturas tradicionais para legitimá-lo diante do outro, o homem digital vê-se na necessidade de interagir a partir do seu “eu” pessoal, construído e alimentado pela coletividade, em contrapartida a um “eu” cultural, constituído por multi-identidades acessadas no mundo virtual.

Dessa forma, as culturas ocupariam hoje uma região de fronteira, lugar onde transitam não apenas sujeitos em busca do novo e do estranho, mas indivíduos que lutam pela sobrevivência social e cultural em sua relação com o virtual.

Compreende-se por cultura o padrão de comportamento de um povo, suas crenças, valores espirituais e materiais, transmitidos no coletivo e característico de uma sociedade, caracterizada pelo sentimento de pertencer a essa sociedade, que é conservada pela história, e com o evento da globalização está perdendo terreno para o conhecimento que é comunicado em tempo real.

Toda essa mudança cultural é decorrente da perda do território cedendo lugar à comunicação e ao conhecimento. E, à medida que se configura a necessidade de socialização da informação para todos, cresce a responsabilidade social da ciência da informação, na condição de ciência que tem como função social a organização, processamento e comunicação dessas informações.

Portanto o exercício da cidadania plena ficou condicionado ao alcance de novos patamares de riqueza, educação e acesso a serviços e produtos, uma situação com conseqüências ainda imprevisíveis.

Demo, ao ser citado por Silveira (2000, p.85) define cidadania como “a raiz dos direitos humanos”, e realça que a falta de cidadania suprida pela tutela e assistência exercida pelo Estado sobre os cidadãos mascara esses direitos.

Portanto cabe ao Estado prover ou viabilizar que outros o façam, possibilitando o aceso à informação e não apenas mediar relações entre os homens, privilegiando a estrutura do poder, levando em conta que a informação é mais que a mercadoria por excelência da sociedade pós-industrial: é a sua razão de ser. Ela condiciona a existência da sociedade e sua coerência e completa a informação “é um produto e um bem social”. (SILVEIRA, 2000, p.85). Ética e cidadania citadas anteriormente podem ser consideradas fundamentais na atualidade, no sentido de compreender vínculos de solidariedade destacados por Souza Neto e Liberal (2002, p.34) em busca de valores fundamentais e universais, que parecem estar esquecidos por uma sociedade racionalizada.

Por outro lado há os recursos positivos, como a educação à distância e mesmo programas socioculturais voltados para o interesse do público local,

independente de idade que não podem ser desprezados, é uma questão de escolha pessoal de cada um, ou de grupos no caso estamos tratando de um grupo de idosos, que está incluído no programa inclusão digital, em busca do conhecimento, para exercer a cidadania plena e necessária na atualidade.

Além disso, ante o rápido desenvolvimento tecnológico dos anos recentes, o idoso tem vivenciado a diminuição do seu status social, especialmente de suas habilidades, conhecimento e experiências, tornando suas contribuições sociais imediatas menos relevantes.

De certa maneira os idosos enfrentam a eventualidade de não ser mais necessários à sociedade capitalista essa questão é citada por Richard Sennett como uma das três forças ameaçada pelo fantasma da inutilidade.

Todo mundo envelhece, e, debilitados, todos nos tornamos em algum momento inúteis, no sentido de improdutivos. Na economia moderna, contudo, a idade como critérios de medida da inutilidade é nuançada de duas maneiras. (SENNETT, 2006, p.90-91).

Colocado por ele como puro preconceito quer sobre a idade, incluindo também a questão de gênero, onde o sexo feminino é considerado em grau menor que o masculino, principalmente quando se refere ao salário. Dessa maneira o fantasma da inutilidade vem ameaçando e obrigando assim vários profissionais na área financeira, de publicidade e comunicação independente da idade a ficar “fora do jogo”, isto é fora do mercado de trabalho, marginalizados.

Essa forma usada pela sociedade capitalista onde o fator cronológico é colocado como parâmetro de inutilidade transforma os idosos em vítimas de sua própria trajetória, de seu tempo vivido. Sendo esquecidos facilmente o valor e a competência dedicados à sociedade, os afastando do mercado de trabalho os obriga, de certa maneira, ao distanciamento do convívio social, e por consequência, do isolamento a que são submetidos, configurando-se numa questão sócio-econômica a ser debatida.

A ideologia do saber atual é gerada pelo conhecimento técnico-científico dominado pelos jovens. Nesse contexto, poucos idosos (alguns artistas, políticos, profissionais liberais) conseguem ser melhores nessa idade do que quando jovens.

Em meados da década de 1980, toma ímpeto o movimento da sociedade civil com novos atores em cena, entre eles professores universitários, associações, idosos politicamente organizados e alguns parlamentares comprometidos com problemas sociais, exigindo a valorização e o respeito à pessoa idosa. Esse movimento influenciou a construção da Constituição Cidadã (1988), primeira Constituição da

República Federativa do Brasil a versar sobre a proteção jurídica ao idoso, a qual impõe “ à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar os idosos” Uvo; Zanatta (2005).

Apesar dessas conquistas, até 1994 não existia no Brasil uma política nacional para os idosos, o que havia era um conjunto de iniciativas privadas (já antigas) e algumas medidas públicas consubstanciadas em programas (PAI, Papi, Conviver, Saúde do Idoso) destinados a idosos em situação de vulnerabilidade. Como coloca Schons; Palma (2000) era mais uma ação assistencial em “favor” deles do que uma política que lhes proporcionasse serviços e ações preventivas e reabilitadoras.

As conferências realizadas em nível municipal, estadual e federal nas quais são discutidas, avaliadas e posteriormente aprovadas ou não as propostas encaminhadas pelos representantes da sociedade civil organizada, conselhos municipais e estaduais, instituições da área ligada aos idosos, são um esforço para garantia de direitos que precisam sair do papel e dar dignidade a vida dessa camada da população que muitas vezes passa despercebida. Tal dinâmica de formulação das ações nessa área pode ser considerada um grande passo para a efetivação de programas, projetos, como política pública permanente. Essas conferências trazem para discussão a situação do idoso e as formas para a construção da sociedade atual e futura dessa população a qual, conforme as estatísticas, ainda neste século será maioria em nosso país, é preciso se preparar para que isso aconteça de maneira competente e organizada.

Em nossos dias para o enfrentamento dessa realidade, os idosos buscam fortalecimento no espaço público gerado por movimentos sociais, fóruns e Conselhos de idosos, Que lhes permitem se posicionarem pela concretização de ideais democráticos, como a conquista de sua cidadania, reinventando sua própria velhice (BREDEMEIER, 2003, p.84-102). Também contribui para isso sua significância numérica e qualitativa e sua presença no cenário político por meio do voto e da representação.

Cabe destacar que as autoridades governamentais brasileiras só iniciaram e intensificaram sua mobilização em prol de políticas específicas para os idosos (até então esquecidos) a partir de efeitos produzidos pela sua organização sócio-política, devido ao impacto negativo, com repercussão nacional e internacional, originada pela tragédia ocorrida em 1996, no Rio de Janeiro, na Clínica Santa Genoveva (clínica privada, custeada por recursos públicos de saúde), onde ocorreu a morte de uma centena de idosos.

Conforme verificamos, a percepção do problema social da velhice e a proposta de políticas públicas são resultantes de um processo de negociação em que

se realiza o diálogo entre os sujeitos do problema (a sociedade e o movimento social dos idosos) e os agentes das políticas (Estado e instituições) na busca de coresponsabilidade democrática pela preservação dos direitos e garantias sociais (PAZ, 2002).

Essa politização dos idosos, especialmente dos mais escolarizados, associado aos ideais dos tempos pós-industriais, trouxe à pauta algumas questões culturais que favorecem um novo modo de pensar e agir no âmbito do envelhecimento. Conforme o pensamento exposto acima por Minayo (2000) e completando o mesmo de certa maneira tem influenciado as políticas públicas e os direitos dos idosos:

A primeira foi à quebra da centralidade do trabalho, como valor maior na visão de mundo da sociedade (aspecto dominante na sociedade industrial), o que permitiu ao idoso construir sua identidade numa ótica de não trabalho, mas de utilidade e sentido da vida. [...] A segunda é o pluralismo de idéias, de comportamento e de atividades, como valor, quebrando estereótipos ideológicos e comportamentais. A terceira é a valorização da subjetividade como um plano importante a ser incluído em todos os níveis da vida, da ciência e das políticas. (MINAYO, 2000, p.69)

Como salienta Neri (2005, p.7-24), bom seria que chegasse o tempo em que se verificasse a melhoria do nível educacional e do bem-estar da população, pois neste cenário, talvez não necessitássemos mais de um Estatuto do Idoso.

Em consonância com essa autora, destacamos que fica a esperança de que o progresso social e o aperfeiçoamento da democracia possam permitir mudanças em nova maneira de olhar os idosos e em nova concepção sobre igualdade e universalidade dos direitos. Uma sociedade boa para os idosos é uma sociedade boa para todas as idades.

Conforme Debert, (1998) parte-se do pressuposto que é a “sociedade/cultura” que estabelece as funções e atribuições preferenciais de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família. Segundo essa autora, essas atribuições são, em boa parte, arbitrárias, porque nem sempre se firmam em uma materialidade ou em uma cronologia de base biológica quanto às reais aptidões e possibilidades, mas são reconstruídas em um tempo social essencialmente dinâmico e mutável.

Em função dessas mudanças no próximo capítulo serão expostas as experiências vivenciadas pelos participantes quanto à inclusão digital para a melhor idade.

CAPÍTULO II

VELHICE E EXPERIÊNCIA DA INCLUSÃO DIGITAL

*Antes o mundo era pequeno
Porque terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque terra é pequena.
(Parabolicamará, Gilberto Gil).*

Neste capítulo serão expostas as experiências dos atores referente ao tema abordado, obtidas através de pesquisa qualitativa, que envolveu 6 (seis) participantes do “Projeto de Inclusão Digital Para a Melhor Idade” da UFPR/Setor Litoral conforme mencionado anteriormente, tendo como parâmetro o referencial teórico exposto no início.

Também serão enfatizados os motivos que os levaram a participar do curso, como tomaram conhecimento dessa atividade, se utilizavam algum recurso da Informática anteriormente ao ingresso no curso, bem como as dificuldades encontradas e que percepção fazem a respeito da experiência prática e social ocorridas com a participação.

Constatamos que a aproximação dos sujeitos da pesquisa ao Projeto de Inclusão de Digital ocorreu por diferentes modos, desde a divulgação em meios de comunicação locais, grupo de convivência de idosos, amigos, familiares, igreja e também pela Internet, conforme suas manifestações a seguir.

Através do rádio, pouco menos de um ano, nenhuma, ocupação, evolução e atualização. (NC, F. 55anos).
--

Há aproximadamente um ano mais ou menos tá, através do Grupo Ouro ² , olha, eu não usava nada porque nem sabia o que era computador. (AP, M.63 anos).
--

Um ano, por amigos e conhecidos. Antes do curso nenhuma, a para acrescentar, por curiosidade, por prazer (APS, F. 68 anos).

É entre um ano mais ou menos. Soube pela Internet, melhor conhecimento da Informática. Treinando sozinho no computador. (SL, M. 66 anos).

Fiz quatro meses no ano passado e agora um mês, a [F.] viu aqui na Universidade e daí me avisou. Motivo necessidade. Antes nenhum. (EL, F. 70 anos).
--

² Grupo da Terceira Idade do Bairro Tabuleiro em Matinhos composto por 48 integrantes, com reuniões às 4^a- feiras, no Centro Cultural da UFPR.

Participo menos de um ano, através de anúncio no centro de Matinhos, na Igrejinha, o motivo maior é adquirir conhecimento, preencher o tempo, saber um pouco da tecnologia de computador. (ND, M. 63 anos).

Recursos antes, utilizava muito pouco, meios que utilizo, não tenho computador, não tenho internet, a comunicação com a esposa é pelo celular, mensagem. (ND, M. 63 anos).

Nada, não vou ao computador, sim, mas não tenho interesse. (EL, F. 70 anos).

Dificuldades é de todo mundo, receio medo, negócio novo, curso com linguagem técnica, computador o pessoal fala que é um bicho de sete cabeças, até brinquei na primeira aula que não é de sete é de quatorze. O pessoal tem mais dificuldade, porque nunca lidou com isso, as dificuldades diárias são superadas. (ND, M. 63 anos).

A maioria dos participantes se considerava analfabeta em informática, não sabia o que era um computador devido à falta de oportunidade dessa geração em acessar esses equipamentos. Ao mesmo tempo achava que o seu uso não seria necessário, mas se tratando de pessoas ativas sentiram essa necessidade de aprender, pela sensação de que estavam ficando para trás, colocada por eles dessa maneira “hoje é tudo computador”. As primeiras dificuldades encontradas foram relacionadas aos caixas eletrônicos, a comunicação com familiares e até mesmo no dia a dia, aliada à curiosidade, busca de realização pessoal e satisfação em aprender, apresentados como motivos para a participação no projeto.

Em relação à pergunta: Quais as principais dificuldades encontradas no aprendizado? Os participantes foram enfáticos em afirmar:

No início um pouco de insegurança. (APS, F.68 anos).

Não sabia, começou com o ligar o aparelho, com o curso facilitou o aprendizado. (SL, M. 66 anos).

As dificuldades, eu pra começar eu não sabia montar um computador, ligar um computador, nesse curso eu aprendi tudo, como se monta um computador, como se liga, como se desliga um computador. (AP, M. 63 anos).

Dificuldade de gravar a técnica, devido ao uso de medicamentos. (NC, F. 55anos).

Na hora que elas explicam ali, eu entendo tudo, eu faço tudo, as meninas explicam bem, mas eu preciso treinar para poder gravar, para mim é difícil até no celular. (EL, F. 70 anos).

Porque nunca lidou com isso. Eu vejo as minhas netas elas dão um banho, dão um show, a gente nota a diferença. (ND, M.63 anos).

Através das exposições feitas pelos entrevistados ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas no início do aprendizado. Esse processo e as dificuldades vivenciadas podem ser entendidos comuns em qualquer idade, embora com um agravante, as pessoas que agora estão na denominada 3ª idade permaneceram por muito tempo à margem de alguns avanços da sociedade, longe da tecnologia atual.

Justamente por se tratar de uma sociedade desigual, onde poucos possuem livre acesso a tudo, é que a maioria da população com menor poder aquisitivo se

caracteriza pelo não conhecer, não poder fazer, devido a uma situação sócio-econômica de exclusão. Esse grupo populacional muitas vezes traz a marca da solidão e do abandono, a inclusão fica restrita a poucos, uma vez que é de conhecimento público a situação da maioria dos idosos, bem como tratar-se de resultado de processo histórico e socialmente constituído, conforme colocado no início do trabalho.

Essa realidade é apontada por Goldman (2004) quando enfatiza que 70% dos aposentados e pensionistas do INSS recebem um salário mínimo por mês. Portanto a marca oficial da velhice é caracterizada por uma aposentadoria irrisória e como a única fonte de renda familiar, em muitos casos agravada pelo desemprego de outros membros da família.

Em vista disso evidencia-se que a cidadania anda a passos lentos, são inúmeras as dificuldades de atendimento encontradas por eles em todas as áreas da política pública, em relação à inclusão digital por se tratar de uma política recentemente criada é significativa a exclusão e quase inacessível. Porém, quando há programas disponíveis também conta como elemento determinante da inclusão o empenho e a dedicação de cada um para o domínio dessa técnica de comunicação, considerada indispensável para o exercício da cidadania plena de todos os cidadãos, entrando em concordância com a colocação de Joel Birman (1995) que os idosos estão tendo uma maior visibilidade por parte da sociedade.

O novo perfil demográfico, ou seja, o aumento no número de idosos e de anos vividos trouxe como consequência, uma maior visibilidade da velhice. Segundo Joel Birman,

Na atualidade se processam transformações importantes nas relações estabelecidas pela sociedade com a velhice na nossa tradição cultural. A velhice passa a ser objeto de cuidado e atenção especiais [...]. Parece que começou a se realizar no Brasil de maneira lenta um processo que indica uma reviravolta importante na relação de nossa cultura com a velhice [...] (ela) passa a receber um olhar e um início de reconhecimento social que não existe na memória da modernidade. (1995,35-6).

Quanto à pergunta formulada sobre o que representa para os entrevistados a experiência da inclusão digital, recuperamos nos textos a seguir as referências que fazem a respeito da experiência adquirida no transcorrer do curso em que estão inseridos.

<p>A inclusão representa bastante para mim, além do conhecimento que estou atrás, um avanço tecnológico para mim mesmo, eu era praticamente nulo tal, não sabia o que era Software, Hardware, eu me atenho muito às coisas às linguagens, WEB, Pendriv e tal, eu acho que é</p>

complicado. (ND, M.63 anos).

Experiência, não sei responder, incluída para mim é difícil, tô fazendo o curso para ver se eu consigo me atualizar, participar mais pelo social, não, não houve mudanças. (EL, F. 70 anos).

Conhecimento. Sim parcialmente. Participar a aprofundar conhecimentos. (SL, M.66 anos).

Foi gratificante, muito bom me acrescentou muita coisa. (APS, F. 68 anos).

Importante participar acho que tudo na vida é importante, eu fiquei muito interessado, é um fato novo pra mim e tal é bastante importante em termos de vida mesmo. (ND, M. 63 anos).

Desenvolvimento, sim aos poucos, atividade prazer. (NC, F. 55 anos).

Me sinto incluído embora não tenha a ferramenta principal, eu acho que com o computador em casa melhoraria o meu desempenho. Faço anotações e compartilho em sala de aula, fora disso não tenho contato com mais nada, acredito que seja uma desvantagem. (ND, M. 63 anos).

Considerando que a Informática é tida como um grande desafio para a Inclusão Social e tecnológica para todos os cidadãos independentemente da faixa etária, a falta de acesso para o idoso pode ser refletida como causa de isolamento social e privação de qualidade de vida. Também se evidencia na fala de ELF que há expectativas de inclusão, mas, para além do curso, não reconhece que esteja ocorrendo.

Retomamos aqui algumas colocações feitas, que expressam o sentido da participação nesse processo para melhor entendimento do assunto proposto a seguir. As expectativas da inclusão digital se misturam pelas formas de expressão colocadas, que podem dar o entendimento de um longo aprendizado, considerado como um marco inicial para acesso a essa tecnologia, no senso comum seria por o pé na escada, para galgá-la será necessário dedicação e garra extremamente necessária para aquisição do conhecimento pretendido como conquista de direito para o bem estar social na era da globalização.

Esses termos nos levam a fazer uma reflexão sobre essa nova maneira de viver essa fase da vida, que talvez evidencie a luta atual desse segmento populacional para se manter integrado e atuante na sociedade. Experiência da Inclusão Digital, um verdadeiro desafio para quebrar as barreiras entre o ontem e o hoje, no sentido de auto-afirmação, de não se sentirem isolados da família nem fora do mundo real que essa tecnologia oferece, portanto uma necessidade existencial a ser alcançada para o exercício da cidadania plena de que são merecedores.

A realidade que ora se destaca e que em sua dinâmica pode ser entendida como mudança de paradigmas, e é exposta por Frade (2002, p.1) que percebe a cidadania como mutável desde o início da sociedade organizada, destacando que nas últimas décadas, houve uma aceleração em ritmos alucinantes, para se adequar às

novas exigências do mundo contemporâneo, essa aceleração envolve a todos em qualquer faixa de idade.

[...] o conceito de cidadania é mutável desde os primórdios da sociedade organizada. Com a intensificação e ampliação da globalização da política, da economia, da quebra de fronteiras na disseminação de culturas, a explosão e mercantilização da informação condicionaram o exercício da cidadania plena ao alcance de novos patamares de riqueza, educação e acesso a serviços e produtos. (FRADE, 2001, p.1)

2.1 SENTIDO E SIGNIFICADO DA VELHICE

*Envelhecer
Ser alguém?
Ainda dá tempo para se conhecer?
Ainda dá tempo para viver?*

*Envelhecer
O que fui e já não sou?
Sou o condutor desse tempo?
Chamado 3ª idade?
Velhos são os outros...*

Na dinâmica de mudança descrita no item anterior é essencial o sentido para uma vida, revelados por três valores significativos:

Valor criativo – produzir algo significativo, fazer uma boa ação; Valor vivencial – vivenciar, experimentar aquilo que a pessoa recebe do mundo, que pode estar relacionado às experiências de trocas afetivas ou mesmo interagindo com os objetos do mundo. Valor atitudinal – como transformar a tragédia pessoal em triunfo, ou seja, buscar lições de crescimento pessoal nos momentos difíceis. (FRANKL, 1989, p.91).

Segundo o autor, a falta de sentido para a vida poderia desencadear sintomas como ansiedade, depressão, falta de esperança e declínio físico, conforme a experiência de cada um, da mesma maneira que o sentido pode ser encontrado em uma experiência independente de qualquer ação, e um único momento de experiência intensa pode prover significado para a vida toda.

A literatura denomina componentes estruturais, que representam aquilo que as pessoas relatam das suas vivências, como as percebem. Elas estão relacionadas

às experiências em si, são também nessa perspectiva que se inserem as fontes de sentido, ou seja, em quais esferas da vida se localizam as razões do viver.

Reker (1997) sustenta que o sentido de vida está associado a ter um propósito, uma direção, uma razão para a existência, ter uma percepção de identidade pessoal e interesse social, além de sentir-se satisfeito com a vida, mesmo diante de situações difíceis, quando o “para que viver” é essencial.

Na dimensão individual, as crenças, os valores e as necessidades da pessoa norteiam quais as metas que ela deve perseguir e em quais relacionamentos deve investir. Isso funciona como um guia para as buscas e os engajamentos individuais.

Para Prager (1997) o sentido de vida compreende “esquemas conceituais”, categorias do self e interpretação da vida orientando o indivíduo em direção ao viver. Portanto uma rede cognitivo-afetiva que abrange metas, comportamentos e várias classes de auto-avaliação, está associada à saúde mental.

Apesar disso, é preciso lembrar que, salvo as semelhanças inerentes à espécie, adultos e pessoas idosas são indivíduos com histórias de vida, aspirações e atribuições de significado para suas existências que corroboram suas vivências, ou seja, envelhecer é uma experiência singular, ligada à trajetória pessoal, o que define sua particularidade.

Prager (1997) alerta para a necessidade de se pensar a velhice não como uma categoria etária universal, mas sim como uma fase na qual a singularidade dos indivíduos deve ser ponto inicial de qualquer trabalho.

Portanto encontrar sentido está relacionado a um equilíbrio entre perdas e ganhos, dar significado para as atitudes e os eventos cotidianos e ter um propósito na vida. Vários fatores influenciam a percepção de sentido na vida.

Os fatores internos, que estão ligados ao desenvolvimento do indivíduo, podem ser: personalidade, estratégias de enfrentamento, religiosidade, espiritualidade, sentimento de pertencimento, história de vida; já os fatores externos, que pertencem ao meio e corroboram com o significado que as pessoas dão à vida, relacionam-se a: oportunidades sociais, trabalho, renda, lazer, suprimento das necessidades básicas de sobrevivência e segurança.

Encontrar sentido para as experiências da vida, estar no mundo com um objetivo, em prol de algo, conseguir dar um propósito para as atividades diárias e até mesmo encontrar significado para as dificuldades são alguns dos caminhos.

De Vogler e Ebersole (1980) conceituam sentido de vida em oito dimensões:

- 1- Compreensão (busca de mais conhecimento).
- 2-Relacionamento (orientação interpessoal).
- 3-Serviço (ajudar, dar orientação).

4- Crenças (acreditar em algo).

5-Expressão (artística, esportiva, musical, literária).

6-Conquistas (respeito, posses, responsabilidade).

7-Crescimento (desenvolvimento do potencial pessoal, cumprimento de metas).

8-Existencial-hedonística (a importância do prazer na vida diária).

Paralelamente, a esses conceitos estão às metas de vida, realização e trabalho (incluindo recompensa econômica, sucesso, status social e satisfação), boas relações pessoais, metas filosóficas e religiosas, serviço social, ausência de dificuldade (segurança, auto-manutenção, saúde, conforto), satisfação e crescimento pessoal (incluindo aprendizagem, conhecimento e domínio).

De acordo com suas pesquisas Atchley (1989) conseguiu desenvolver um modelo que trata de mudanças sofridas por adultos.

A premissa central de sua tese, chamada de teoria da continuidade, é a de que na meia-idade e na velhice as mudanças sofridas pelos adultos têm por finalidade a adaptação, a preservação e a manutenção de estruturas externas e internas, e defende que, para tanto, são utilizadas estratégias ampliadas, desenvolvidas e adaptadas às novas situações. Os adultos utilizam-se das experiências passadas para resolver as questões do presente, numa forma de continuidade e adaptação. (ATCHLEY *apud* SOMMERHALDER, 2009, p.272)

De forma que coerência e consistência fazem parte desse pressuposto, o que não significa oposição à mudança. Crescimento, desenvolvimento e mudanças adaptativas não implicam permanecer sempre da mesma forma.

E podem ser explicados como acontecimentos variados podendo modificar a direção e o contexto de vida, o que não significa rompimento total com o passado. O modelo consiste de princípios gerais adaptativos para as pessoas que estão envelhecendo normalmente e de formas de utilização dessas estratégias no trabalho, na vida pessoal, na esfera familiar e no convívio social.

O modelo de continuidade liga adaptação à história de vida, e estabilidade autopercebida (continuidade interna) à rede de suporte social e à interação na comunidade (continuidade externa). Continuidade interna é essencial para a integridade do ego e necessária para a auto-estima.

Conforme Kaufman, (1987) afirma que adaptação na vida tardia é um processo em que passado e presente estão em “interação”; para isso, o tempo passado precisa ser organizado e compreendido como forma de auxílio para o

enfrentamento dos eventos presentes. A interação social é de suma importância nesse processo.

Conforme a colocação de Sommerhalder, C. (2010). O Sentido de Vida na Fase Adulta e Velhice imbricada nesse contexto teriam “informações valiosas” a respeito de desenvolvimento e continuidade, estudos com populações idosas mostram a relevância do sentido como fator protetor para depressão.

É confirmado por Reker, (1997), num estudo sobre depressão em idosos, revela que “ter um propósito e ser otimista” é fator de proteção contra a depressão.

Também Fry (2001), em uma pesquisa com adultos viúvos, com o objetivo de investigar se variáveis existenciais como o significado pessoal, otimismo, a religiosidade e a acessibilidade ao suporte religioso eram promessas de bem-estar psicológico, relata que ter um “propósito na vida” ajuda a superar a perda e também na prevenção de depressão.

Da mesma forma Krause (2003) investigou o significado religioso para os idosos, definido como um processo que envolve a religião, com esforço para descobrir um senso de propósito na vida, um senso de direção e uma razão para a existência.

O autor associou significado religioso a bem-estar subjetivo e concluiu que os idosos que tinham o senso de significado religioso tenderam a ter maior nível de satisfação na vida, maior auto-estima e otimismo.

As diferenças na percepção de um sentido para a vida, ao longo dos anos, estão associadas ao grau de consciência de mundo que cada um experimenta em diversos momentos da vida.

Variáveis como gênero, idade, nível educacional, papel social desempenhado em dado momento, profissão, religiosidade e espiritualidade, história de vida, fatores de personalidade e apoio social, devem ser melhor investigadas porque elas interferem na percepção de sentido de vida.

Talvez os idosos constituam um grupo que tem predisposição para perceber a vida com mais sentido e propósito do que adultos de meia-idade e pessoas mais jovens. Isso porque eles são mais realistas em relação à persecução de metas e têm menor predisposição ao sentimento de vazio existencial.

De certa maneira os idosos tendem a fazer uma leitura mais fiel da realidade e de suas capacidades, o que os encaminha para decisões mais acessíveis, realizáveis, compatíveis com a situação e a finalização efetiva da tarefa. Desse modo, ficam “menos expostos ao sentimento de frustração”. Reker (2001).

Em relação às fontes de sentido na vida, os primeiros estudos mostravam que as fontes de sentido na vida estavam ligadas a crescimento pessoal, relacionamentos,

religião, metas filosófico-espirituais, sucesso, patrimônio, ganhos em sabedoria, altruísmo, ações hedonistas, realização profissional e segurança.

O construto ainda é considerado novo na área de estudos do envelhecimento. O eixo desses trabalhos é o conceito de envelhecimento como um processo universal e, como tal, envolvido por indagações sobre a continuidade do ser.

Santana em seu artigo faz comparações ao peso da velhice.

O mundo do adulto, em fase de produção, não sabe o que fazer com a pessoa idosa ainda viva. Mesmo que esse mundo conheça e use os valores positivos de seus velhos, esses mesmos velhos, antes de tornarem-se estrelas da constelação de nossas mitologias familiares e sociais, são configurados, predominantemente, pela representação de subjetividades impregnadas por uma concentrada e repugnante carga de peso para si mesma e para seus contemporâneos. Nessa fase que atinge um estrato populacional específico, mas que reflete a qualidade negativa na coletividade vemos os poderes institucionalizados, governamentais e não-governamentais, internacionais, nacionais, estaduais e municipais, se organizarem para colocar o tema em pauta. (2003, p.2)

Conforme relatório da ONU na II Assembléia Mundial do Envelhecimento, realizada em Madri, essa instituição continuou:

[...] suas tentativas de unificação global de políticas de ação social para assegurar condições de melhoria de vida para esse contingente populacional, o da pessoa idosa. Nesse encontro internacional, foi formulado o documento intitulado Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, disponibilizado no Brasil pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (*apud* SANTANA, 2003, p.2).

Portanto as percepções de novas relações sociais frente ao fenômeno do envelhecimento são universais e, conseqüentemente, novas necessidades vão tomando a pauta das instituições civis e governamentais, responsáveis pelo bem-estar social.

Percebemos que uma das diretrizes presente no pensamento gerontológico contemporâneo que embasa a junção de esforços institucionais, é a de diminuir a incapacidade psicofisiológica do sujeito com mais de sessenta anos.

Essa maneira de pensar vem substituindo aquela convencional crença de que a pessoa idosa estava condicionada à exclusão do mercado tradicional de trabalho, bem como das demais relações sociais e, conseqüentemente, deveria ser alienada da vida social por algum poder institucional. É o que se convencionou chamar, na jargonística da Gerontologia, de “o idoso como fonte de miséria” que contrapõe ao que hoje se programa como a política do “idoso como fonte de privilégio”.

Então nos deparamos com um quadro de subvalorização do perfil do idoso, em determinadas épocas, apesar das suas limitações em valorizar as potencialidades da pessoa em condição de exclusão, foi um dos primeiros avanços no terreno das teorizações e práticas a respeito da velhice.

Apesar de ainda termos ações sociais nessa linha de compreensão, vemos surgir características de uma segunda disposição da representação da constituição e do papel do idoso na nossa sociedade, a da velhice competente, como mencionado anteriormente. .

Essa segunda configuração do papel da velhice na contemporaneidade pretende apresentar o idoso como pessoa ainda apta a agir com capacidades semelhantes ao do adulto. Dessa forma, os programas sociais pretendem reeducá-la para agir como pessoa independente e auto-suficiente, capaz de ainda fazer parte do mercado de trabalho a sua volta.

Ao vivenciarmos essa capacitação para uma vida competente, quando vemos o idoso tornar-se responsável por si mesmo, parece-nos um acontecimento positivo, pois pensamos ver o surgimento do equilíbrio intergeracional que acabaria com uma carga de esforços tidos como extra para as diversas instituições.

No entanto, conforme cada caso sabemos que o exagero das representações gratificantes da velhice acabam por criar tantos problemas quanto a idéia de que tal fase da vida é feita apenas por uma condição miserável, tanto em seu nível mental quanto em seu nível físico, em hipótese pessimista, teríamos a situação do idoso mais problemático.

O Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, esforça-se por balancear suas ações entre os dois pólos que vimos acima. As ações governamentais e não-governamentais que asseguram um desenvolvimento pleno do ser humano, com ênfase em sua fase de velhice, são inseridas em diretrizes e temas que visam à consecução de objetivos bem definidos.

Os temas, firmados entre os países participantes, foram englobados no que se convencionou chamar de orientações prioritárias, em número de três: a primeira diz respeito a pessoas idosas e ao desenvolvimento; a segunda preocupa-se com a promoção da saúde e bem-estar da velhice; a terceira fomenta a criação de ambiente propício e favorável ao envelhecimento e à pessoa idosa.

A terceira orientação prioritária, dentre outros tópicos e objetivos, traz o tema que diz respeito às imagens do envelhecimento, que objetiva o maior reconhecimento público da autoridade, sabedoria, produtividade, dentre outras contribuições importantes dos idosos. No entanto para que essas ações alcancem os propósitos de

desenvolvimento pleno para a população idosa deve-se levar em conta o sentido da vida e como elas são percebidas.

O sentido para a vida é uma busca incessante para o ser humano independente de idade, raça, cor, religião ou nacionalidade. Esse tema é destacado no trabalho do psicólogo Víctor Frankl, no artigo “Sentido de Vida na Fase Adulta e Velhice” (2009, p.271). Com a intenção de ajudar as pessoas a encontrar o seu próprio sentido na vida, ele propõe quatro fatores que podem levá-las a encontrar um sentido para a vida:

(a) *Valorização do que é importante para a pessoa*, ou seja, aquilo que teve significado durante a vida, desde os pequenos até os grandes eventos. As experiências de vida influenciam na forma que cada um tem de lidar com as situações. (b) *As escolhas* – o indivíduo é responsável por cada escolha que faz ao longo da vida, inclusive diante de situações adversas. Frankl aborda o sofrimento como uma grande oportunidade de crescimento pessoal que, no entanto, depende de como a pessoa o enfrenta. Ela pode sucumbir à dor, ou extrair ensinamentos da situação difícil. (c) *Responsabilidade* – por tudo o que a pessoa faz, pelas escolhas e decisões. (d) *Significado imediato* – dar sentido às coisas que acontecem na vida diária, tanto as experiências positivas, quanto as negativas. (FRANKL, *apud* SOMMERHALDER 2009, p.271).

Esses quatro fatores são colocados por ele como parte do desenvolvimento humano, portanto fazem parte das experiências positivas ou negativas, marcadas como importantes, que podem ser representadas pelas escolhas e responsabilidades nas decisões tomadas exemplificadas acima por ele. Também servem de parâmetros para problematizarmos a expressão idosa ou idoso, a contradição colocada anteriormente como uma fase passiva e dependente destacada na enciclopédia Larousse da Terceira Idade:

[...] a qual se refere às divisões das chamadas idades do homem que compreende a infância, a maturidade e velhice, e uma concepção generalizada da velhice como uma fase passiva e dependente, no entanto o que está claro é o bom estado de saúde mental dos que chegaram a essa idade, com muita disposição para viver essa fase da vida, que passa a ser uma etapa ativa e independente. (2003, p.14)

As várias representações feitas pelos participantes em relação ao envelhecimento e como encontrar sentido para as experiências da vida aparecem nas expressões: “estar no mundo com um objetivo”, “em prol de algo”, “conseguir dar um propósito para as atividades diárias” e até mesmo “encontrar significado para as dificuldades” são alguns dos caminhos para um envelhecimento saudável que

denotam equilíbrio psicológico confirmando a teoria inicialmente citada de que o fundamental nessa fase é dispor de saúde mental.

Quanto ao sentido de vida na velhice, buscamos mais fundamentos para explicar as colocações feitas pelos participantes da pesquisa e encontramos possíveis respostas nos estudos de De Vogler e Ebersole (1980), os quais conceituam sentido de vida em oito dimensões, definidas a seguir:

1) *Compreensão* - busca de mais conhecimento; 2) *Relacionamento* - orientação interpessoal; 3) *Serviço* - ajudar, dar orientação; 4) *Crenças* - acreditar em algo; 5) *Expressão* - artística, esportiva, musical, literária; 6) *Conquistas* - respeito, posses, responsabilidade; 7) *Crescimento* - desenvolvimento do potencial pessoal, cumprimento de metas; 8) *Existencial-hedonística* - a importância do prazer na vida diária.

Os participantes deste estudo relacionam alguns conceitos elencados por De Vogler e Ebersole que são apresentados a seguir. APS atribui sentido maior aos relacionamentos familiares e de amigos, a qual aparece também nas falas de AP e de EL, que se encaixa também no conceito crescimento. Para NC o sentido está representado em conquistas para obtenção de estabilidade econômica e também na crença expressão de fé praticada. Em AP aparece o sentido expressão artística/musical/literária e crença juntamente com a dimensão existencial-hedonística, expressa pelo saudosismo a uma vida simples – vida sofrida, mas gostosa – reconhece o seu cotidiano na poesia das letras de músicas tradicionais que falam da simplicidade do homem sertanejo. Para ND o sentido da vida se resume à sabedoria, quando se refere “a palavra que se encaixa” dá ênfase à força de síntese do que é a vida em uma única palavra. E à medida que toma a vida por sinônimo de sabedoria e esta na nossa cultura é fortemente relacionada às experiências vivenciadas e não necessariamente a um saber formal, é possível estender o seu efeito para o sentido de velhice. Neste caso, a frase de ND poderia ser interpretada no seguinte sentido: “Se vida é sabedoria; se a sabedoria é conquistada pela experiência; quanto mais velho, mais experiência, logo, ser velho é ser mais sábio, é estar mais apto à vida!”

Para SL os sentidos que se destacam são de responsabilidade e cumprimento de metas expressos nas categorias conquista e crescimento.

A me sinto assim, orgulhosa por tudo que já fiz, passei por dois casamentos, meus filhos que são meu orgulho. Hoje tenho meus netos que são todo o meu carinho. [...] e tudo o que eu aprendi com os amigos que tive e com aqueles que deixaram de ser [...] (APS, F. 68 anos).

[...] apaixonado pela música raiz, i olha eu gosto de fazer isso aí, eu gosto de música sertaneja de raiz, fala da vida da gente, uma vida que era sofrida, mas era gostosa [...] e outra coisa a gente de vez em quando conversa com os netos [...] Te cuida que você vai chegar nessa idade também, na 3ª idade também. [...] eu sou muito apegado a Deus [...] Porque para você ter uma

idéia, eu não sei o que é remédio para dor de cabeça, graças a Deus eu tenho uma saúde. (AP, M. 63 anos).

Hoje a vida é mais tranqüila, comecei a trabalhar muito cedo, para conseguir estabilidade financeira, no meu caso preocupações e luta devido ao problema de saúde. Faço atualmente Caminhada e sou praticante da vida religiosa. (NC, F, 55anos).

Eu vejo com bastante perspectivas, assim boas né, de conhecimento mesmo né, porque a própria vida seria sabedoria, a palavra que se encaixa. Então resumindo tudo é isso aí. (ND, M. 63 anos).

Paralelamente, a esses conceitos estão as metas de vida, realização e trabalho (incluindo recompensa econômica, sucesso, status social e satisfação), boas relações pessoais, metas filosóficas e religiosas, serviço de natureza social, ausência de dificuldade (segurança, auto-manutenção, saúde, conforto), satisfação e crescimento pessoal (incluindo aprendizagem, conhecimento e domínio), expostas a seguir, conforme palavras dos entrevistados, retratando uma cultura que reconhecidamente foi assimilada no percurso da vida até o seu momento atual e a busca incessante do ser humano pelo viver plenamente, não importando a idade cronológica.

[...] então a gente tem que estar se ocupando de alguma coisa, para não se preocupar com outras, sem ter uma falta de achar o que fazer. (SL, M, 66 anos).

[...] eu trabalho na rádio Litorânea, por exemplo [...] Eu gosto de fazer, faço isso com amor com carinho não é por dinheiro não. O que eu quero é estar no meio da coisa, hoje a minha aposentadoria dá [...] em matéria de ajudar a gente ajuda [...] Tens uns fica com a cabeça meio zuando, a gente com a cabeça tranqüila para ajudá-los. Eu também tive os meus problemas, é, quando da juventude, mas meu pai sempre ali atrás de mim. Na época quando vinham cobrar alguma coisa da gente, a gente pensava, o que “esse velho quadrado”. Meu pai foi um homem exigente, rude, prensava mesmo [...] a gente é o homem que é, hoje, graças a eles [...] (AP, M. 63 anos).

Sei o que, “eu acho que a gente nasce sem saber nada e morre sem saber menos ainda”. (ND, M. 63 anos).

Em relação às colocações anteriores e para o entendimento delas, destacamos a compreensão de Espírito Santo (2003) e a concepção de Maicas (1995), segundo os quais a identidade cultural também pode ser definida conforme a sua contextualização. Em uma visão objetiva, a identidade cultural estaria integrada à idéia de costumes, hábitos, tradições, valores, crenças, formas de viver, de pensar e de se comportar, assim como a determinado estilo de existência e de presença na própria comunidade.

Quanto ao processo de trabalho mencionado pelos sujeitos da pesquisa e citados a seguir, pode ser interpretado à luz das definições de De Vogler e Ebersole (1980) com destaque para as dimensões sexta e sétima, quais sejam: Conquistas – referindo-se a respeito, posses, responsabilidade e crescimento – conceituado como

desenvolvimento do potencial pessoal e cumprimento de metas. Ficam evidenciados esses dois conceitos/dimensões como pontos importantes de suas vidas.

1º trabalhei com vendas, comerciária, passei a corretora de imóveis e por último comércio próprio (vidraçaria). Agora estou aposentada por invalidez. (NC, F, 55anos).

Antes de me aposentar, professora. Do Lar. Aposentadoria. (EL, F. 70 anos).

Eu comecei com 11 anos de idade, já comecei a trabalhar, e depois passei para trabalhar na KLABIN do Paraná a qual trabalhei de 1961 a 1983. (SL, M, 66 anos).

Eu já estava aposentada, mas eu fui cabeleireira. [...] não, não possuía [referindo-se a vínculos formais de trabalho] (APS, F. 68 anos).

Ah, você sabe que eu sou formado em jornalismo, sou um jornalista aposentado. Trabalhei muito tempo, quando eu comecei a trabalhar criança, nem sabia o que queria. Vi que o meu negócio era comunicação, já tava dentro do jornal [...] (AP, M. 63 anos).

Eu era Metroviário, trabalhava no Metrô em São Paulo. Ah, sim, aposentadoria por tempo de serviço. [...] como falei, anteriormente era e ainda antes de ser, era Ferroviário [...] (ND, M. 63 anos).

As falas apresentadas acima denotam o valor da profissão exercida, o trabalho como diferencial para o equilíbrio financeiro para essa fase da vida, um ponto de referência para a estabilidade conquistada. Todos começaram a trabalhar jovens, superando as dificuldades que se apresentaram e que os fortaleceu, descobrindo caminhos para uma vida digna como meta a ser alcançada. Essas são características dos sujeitos da pesquisa que fazem deles pessoas ativas e jovens de espírito, de bem com a vida. Representantes da terceira idade prontos para enfrentar atualmente o desafio do aprendizado que é exigido pela atual estágio de desenvolvimento tecnológico e que pode lhes assegurar melhor condição de vida, no aspecto do acesso a informações sobre seus direitos.

Esse termo Terceira Idade é destacado por DEBERT (1999) como referência, aqueles idosos que ainda não atingiram a velhice mais “avançada”, estão na faixa dos 55 aos 70anos, e inclui fundamentalmente indivíduos que ainda têm boa saúde e tempo livre para o lazer e para novas experiências nessa etapa da vida, ou seja, aproveitar a aposentadoria.

A aposentadoria, conforme Salgado (1997), [...] decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico [...] é uma forma de produzir a rotatividade de mão-de-obra no trabalho, pela troca de gerações. Entendemos que poderá ser um período de aprendizado produtivo e diferenciado dependendo da área de interesse de cada um.

2.2 EXPERIÊNCIAS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

É justamente essa característica que se apresenta nas falas do grupo em resposta à pergunta formulada: Como você descreve a 3ª idade? E as experiências de vida em relação ao processo de envelhecer? O que podemos conferir nos depoimentos parece estar relacionado, ao que observamos nas leituras da enciclopédia Larousse da Terceira Idade.

A saúde mental tem relação direta com o estado emocional e os cuidados com a saúde física, para manter uma boa saúde mental, é preciso desenvolver atividades que exercitem a mente e ampliem suas capacidades. Sentir motivação, satisfação e tomar certas precauções melhoram a capacidade de raciocinar, elaborar pensamentos, manter uma atitude crítica e compreender a realidade. (2003, p.40).

O processo de envelhecimento interior não muda nada, a mente continua nova, só há mudanças em relação às atividades físicas, que compreende em desacelerar. (NC, F, 55anos).

Hoje eu me vejo assim, “voltar ao tempo como uma criança”, a gente quer realizar o que não conseguiu como criança, fazer coisas que tinha vontade de fazer e não realizou no passado, me sinto como alguma criança que quer fazer tudo de novo, realizar o que não fiz. [...] Então hoje eu me vejo assim, a gente tem espírito jovem apesar da idade, apenas que na idade a capacidade física diminui-se um pouco, mas a mentalidade não. [...] A mentalidade a gente tem que manter ela sempre viva, para que ela, a gente possa viver melhor na 3ª idade. Como eu posso falar... (SL, M, 66 anos).

É isso aí, é uma vez eu li num artigo, há muito tempo, tem várias opiniões: “envelhecer é uma arte” eu até discordo disso, se for uma arte é muito difícil. Eu incluo assim o processo de envelhecer, ele pra mim, no meu caso vou falar, bem pessoal mesmo né. Isso aí é coisa eu acho que cada cabeça é uma sentença, cada um tem a sua maneira de pensar e de agir. Vejo com muita naturalidade esse processo. [...] Eu não vejo assim, idade cronológica, se tem 60, 70, 80 não vejo nesse ponto, vejo a idade mental de cabeça e tá aí, eu absorvo assim tudo com muita naturalidade, vejo esse processo de envelhecimento um processo a mais na vida né. [...] é um processo muito legal. (ND, M. 63 anos).

Ah, envelhecer, eu acho que é muito bom. É quanto mais você sabe, mais você descobre que você não sabe. Ela te acrescenta muita coisa. Hoje na idade que eu tenho, eu estou aproveitando minha vida, eu viajo bastante, é pena que o meu corpo não acompanha a juventude interior que ainda tenho. (APS, F. 68 anos).

Olha o tempo é pouco prá descrever tudo isso, é uma experiência, você vai vendo os filhos crescerem, os netos, é muito gostoso tudo isso. Eu acho uma experiência gratificante. Uma experiência da vida maravilhosa sabe. [...] Quem chega na idade que cheguei tem que levantar as mãos para os céus. 50 anos de casada né, graças a Deus com saúde (EL, F.70 anos).

As experiências de vida relatadas pelos participantes estão relacionadas ao processo de trabalho, vida familiar, fé, busca de conhecimento, realização pessoal, ficando evidenciados em suas falas dois conceitos citados anteriormente por De Vogle

e Ebersole referente ao sentido da vida e a experiência para se manter com vitalidade nesse processo de envelhecimento, como ponto importante de suas vidas.

Diante das colocações feitas pelos participantes quanto aos diversos modos de sentir o envelhecimento, esse fato pode ser considerado como um processo não homogêneo, conseqüentemente único no pensar e no agir característicos do ser humano. O desacelerar é considerado como uma atitude crítica mental em vista do declínio e desgaste físico apresentado por NC, F. Tem relação com as declarações de SL, M em que a mente e o corpo são diferenciados pelos mesmos sinais de moderação. Encaixa-se nessa definição conforme declara APS, F.

A expressão maravilhosa usada por EL, F para definir o processo de envelhecimento tem a ver com a fé, crença que possui. Já sobre a expressão gratificante é usada para se referir a uma experiência ímpar de relacionamento intergeracional no âmbito familiar. Para ND, M é um estado emocional fortalecido, em busca de realizações como um processo a mais, portanto natural da vida. Este sentido são partilhados por ND e por SL. Todos evitam falar a palavra “velho” o que nos leva a concluir que não se consideram como tal, apenas declaram as transformações e os limites imposto pelo corpo, valorizando a mente e o emocional sinalizado pelo espírito jovem na esperança de bem estar para essa fase da vida.

Vejamos a colocação dos participantes a seguir, quanto à questão do desrespeito aos direitos dos idosos, da marginalização da velhice e da aposentadoria.

Pena que a velhice seja assim tão marginalizada, aqui no Brasil aos 40 anos o mercado de trabalho já não oferece muita coisa, a gente está velho para o mercado de trabalho. (APS, F. 68 anos).

Com base nesses conceitos a identidade cultural pode ser concebida como o sentimento de pertencer a uma sociedade, na qual cada um poderia ter o sentido de ser um ator de sua própria história, embora reconhecidamente seja prejudicada pela política do capitalismo vigente na contemporaneidade, em concordância com a teoria apresentada a seguir, que é de fato vivenciada.

De certa maneira os idosos enfrentam a eventualidade de não ser mais necessários à sociedade capitalista. Essa questão é citada por Richard Sennett como uma das três forças ameaçadoras no fantasma da inutilidade.

Todo mundo envelhece, e, debilitados, todos nos tornamos em algum momento inúteis, no sentido de improdutivos. Na economia moderna, contudo, a idade como critérios de medida da inutilidade é nuançada de duas maneiras. A primeira é colocada por ele como puro e simples preconceito a segunda esta ligada ao gênero aonde as mulheres de meia idade são estigmatizadas como carentes de vigor. (2006:90, 91)

O depoimento de APS, anteriormente apresentado reflete a ameaça causada pelo preconceito, ou melhor, por duplo preconceito caracterizado pela idade e pelo fato de ser mulher passando a ser rotulados de incapazes e inúteis para o mercado de trabalho. Esta é uma realidade, que de uma maneira ou outra os trabalhadores vivenciam, não só no Brasil, mas no mundo todo.

Na fala do participante a seguir, poderemos entender a situação de um trabalhador contribuinte da Previdência Social e o drama e a luta pela aposentadoria a quem tem direito.

[...] e depois eu vim para Curitiba, onde eu fui tutor de quatro crianças que eram da [...] posteriormente depois da formatura deles, depois da formação, eu passei a trabalhar com transporte rodoviário e também com revistaria em Curitiba. [...] Foi até dar entrada na aposentadoria, e daí então eu parei de trabalhar e entrei na aposentadoria. Foi com muito custo porque é [...] o processo foi realizado [...] Foram sete anos de briga na justiça [...] e ganhei o direito somente de um salário mínimo, apesar que eu pagava oito salários. Depois de aposentado eu recorri, estou aguardando resultado. [...] (SL, M, 66 anos).

Conforme relato do entrevistado acima, a sua luta esta sendo longa para conseguir o que lhe é de direito, vem ao encontro do que é apresentado pelo Movimento dos Aposentados e Pensionistas desde os anos de 1990.

Na análise da pauta das reivindicações do Movimento dos Aposentados e Pensionistas (MAP), as investigações destacam como preocupações recorrentes o baixo valor das aposentadorias, a aplicação de índices de correção monetária devastadores destas, o desvio de verbas, a corrupção e a má administração do sistema previdenciário. O MAP ganhou expressão em nível nacional, no início da década de 1990, mais precisamente nos dois primeiros anos em que se desenrolou uma luta por um reajuste no valor das aposentadorias equivalente ao concedido ao salário-mínimo, de 147%, e negado pelo governo Collor. Essa medida, considerada inconstitucional, levou milhares de aposentados e pensionistas às ruas para reivindicar seus direitos, de onde retornaram, por intervenção judicial, vitoriosos. (SIQUEIRA et al, 2002, p.903).

Entretanto essa medida se tornou insuficientes para explicar a totalidade dos fatos citados e vivenciados que emergem da velhice como categoria analítica, senhores de direitos assegurados, conforme a Constituição Brasileira.

As falas a seguir, referentes à aposentadoria trazem uma nova realidade introduzindo o sentido da política da velhice competente.

Experiência bastante válida. O meu processo de aposentadoria foi bastante tranquilo. [...] vários cursos eles me deram, na época seis anos atrás, justamente pra mim, levar a minha aposentadoria, para não ser um negócio meio traumático [...] (ND, M. 63 anos).

Trabalhei 44 anos porque eu quis, eu gostava muito do que fazia, pedi a aposentadoria e vim morar em Matinhos. (EL, F. 70 anos).

Apesar de ainda termos ações sociais nessa linha de compreensão como fala ND, a empresa teve o cuidado de prepará-lo para a aposentadoria, em função de não haver traumas, contribuindo assim para o desenvolvimento psicossocial necessário para valorização dessa fase da vida. Assim vemos surgir características de uma segunda disposição da representação da constituição e do papel do idoso na nossa sociedade, a da velhice competente, como mencionado anteriormente.

Essa segunda configuração do papel da velhice na contemporaneidade pretende apresentar o idoso como pessoa ainda apta a agir com capacidades semelhantes ao do adulto. Dessa forma, os programas sociais pretendem reeducá-la para agir como pessoa independente e auto-suficiente, capaz de ainda fazer parte do mercado de trabalho à sua volta.

Quando se trata de adaptação para uma vida melhor citamos pesquisa de Atchley que permitiu desenvolver um modelo que trata de mudanças sofridas por adultos.

A premissa central de sua tese, chamada de teoria da continuidade, é a de que na meia-idade e na velhice as mudanças sofridas pelos adultos têm por finalidade a adaptação, a preservação e a manutenção de estruturas externas e internas, e defende que, para tanto, são utilizadas estratégias ampliadas, desenvolvidas e adaptadas às novas situações. Os adultos utilizam-se das experiências passadas para resolver as questões do presente, numa forma de continuidade e adaptação. (ATCHLEY *apud* SOMMERHALDER, 2009, p.272).

[...] os mais novos deveriam pensar [...] Respeitar o pessoal da 3ª idade, para lá na frente ser respeitado também. Antigamente quando eu trabalhava na imprensa, a gente só dava boas notícias, pô a gente liga a televisão, pelo amor de Deus! só notícia ruim. É tem aí, atividades que eu participo a gente inclusive, essas coisas de alongamento, essas coisas de andar, de correr, até pra cabeça da gente é bom. [...] é uma higiene mental que a gente faz [...] tal hora eu tenho que estar naquele lugar prá fazer aquilo que a gente tem [...] (AP, M. 63 anos)

As atividades colocadas acima são de fundamental importância para a continuidade de uma condição de vida normal ou até melhor. Portanto são universais as percepções de novas relações sociais frente ao novo fenômeno da 3ª idade e, conseqüentemente, novas necessidades vão tomando a pauta das instituições civis e governamentais, responsáveis pelo bem-estar social desse segmento populacional.

Uma das diretrizes presente no pensamento gerontológico contemporâneo, de diminuir a incapacidade psicofisiológica do sujeito com mais de sessenta anos somados aos esforços institucionais, criaram programas voltados especificamente para essa faixa etária.

Por outro lado, as experiências da vida, sejam elas quais forem, são colocadas por (Frankl, 1999) em sua literatura denominada componentes estruturais,

que representam aquilo que as pessoas relatam das suas vivências, como as percebem. Elas estão relacionadas às experiências em si, são também nessa perspectiva que se inserem as fontes de sentido, ou seja, em quais esferas da vida se localizam as razões do viver, seriam nos enfrentamentos e superação.

As fases que podem ser consideradas negativas e momentâneas poderão ter conseqüências de impacto psicológico e são representadas a seguir, por um dos participantes denotando o enfrentamento do momento.

Triste é quando um vai que nem aconteceu agora. Você me pegou num momento difícil né. Coisa que a gente não espera que acontece na vida da gente. [...] momento assim pra mim esta [...] Não tenho medo da velhice, tenho medo das doenças da velhice. Perdas assim enorme, não estou falando do filho, mas de saúde, não tive , graças a Deus, pequenos problemas. Ainda bem que no espiritual estou em. Eu sinto que está meio fraquinho pra minhas respostas. Mas eu mesmo, raciocinar bem não raciocino sabe. Sabe o psicológico este bem abalado. (EL, F. 70 anos)

Este momento de experiência a qual o participante se refere como difícil pode interferir no plano psicológico por ser um fato negativo a ser enfrentado, e por conseqüência abalar o sentido da vida, retratado em sua colocação acima. Esta experiência é colocada por Frankl (1999), explicando que a falta de sentido para a vida poderia desencadear sintomas como ansiedade, depressão, falta de esperança e declínio físico, conforme a experiência de cada um, da mesma maneira que o sentido pode ser encontrado em uma experiência independente de qualquer ação, e um único momento de experiência intensa pode prover significado para a vida toda.

Portanto as experiências passadas no processo de envelhecimento é significado por todos como uma passagem obrigatória no percurso da vida, como uma volta as lembranças, que foram definidas como: O processo interior não muda nada, uma experiência de voltar ao tempo como uma criança, e realizar o que não consegui uma escola, um processo natural, experiência gratificante, processo legal, experiência de vida maravilhosa, aproveitar a vida, agradecimento a Deus. Também fazem parte desse contexto as experiências negativas relatadas que podem abalar o psicológico tais como foram descritas como passíveis na trajetória natural da existência humana e aqueles citados como estigma referente ao preconceito e ao cerceamento de direitos.

Cabe ressaltar que essas experiências estão ligadas de alguma forma aos conceitos referentes ao sentido da vida, pontuados em oito dimensões, classificados por De Vogler e Ebersole como essenciais para o equilíbrio como um todo, na adaptação e na superação dos fatos enfrentados no percurso da própria vida.

Através dessa pesquisa pode-se concluir que os idosos entrevistados têm um diferencial são pessoas bem informadas, com bom nível sócio cultural e de saúde,

uma vida financeira estável aliada à vontade de aprender mais, aproveitando o tempo disponível para se capacitar, exercendo seus direitos de cidadãos.

Entretanto outras pesquisas revelam a outra face da situação exposta pelo grupo que não pode ser ignorada, uma realidade em que os indivíduos estão supostamente privados de exercer a cidadania, são os excluídos do trabalho, educação, moradia, segurança, saúde entre outras situações constrangedoras, colocando-os em desvantagem social, cultural e política em risco de vulnerabilidade, portanto é emergencial a aplicação de políticas públicas que possam resgatar uma melhor condição de vida com direitos e deveres de cidadãos integrados a sociedade.

2.3 INCLUSÃO DIGITAL, RELAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS

Com o desenvolvimento das tecnologias o idoso se sentiu em desvantagem quanto ao domínio da mesma, em se tratando de informática, considerada atualmente o segundo tipo de analfabetismo e causador de exclusão, o idoso corre o risco de ser excluído novamente sem o conhecimento básico para o seu aprendizado, um valor que passa a ser de interesse social, econômico e cultural.

Portanto a aquisição desse conhecimento é abordada como uma questão de cidadania, direito universal que deve ser estendido a todos, quer a nível de bem-estar físico e acesso sócio-cultural, com base aos princípios relativos aos direitos humanos como independência, participação, cuidados, acesso ao conhecimento, realização pessoal, dignidade, é estabelecido pelo Estatuto do Idoso com vistas à sua garantia que dispõe em seu art.2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhe, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Em vista disso em várias regiões do Brasil as Universidades passaram a oferecer vários cursos dirigidos aos idosos, entre eles destacamos o de Informática uma realidade na UFPR-Setor Litoral no Município de Matinhos, projeto focado nesse trabalho de conclusão de curso através de seis participantes dessa pesquisa, em relação à pergunta formulada: Houve alguma mudança no seu dia a dia após a participação nesse projeto sobre a qual você gostaria de falar?

As respostas foram colocadas pelos participantes da seguinte maneira, e na seqüência serão analisadas conforme o referencial teórico apresentado e a garantia de acesso ao conhecimento como mudança necessária para a comunicação social e o bem estar buscado no exercício de cidadania.

Pesquisa na Internet, e-mail, Redes sociais, aprendi a se comunicar com o mundo, pesquisar conforme o interesse facilitou bastante o contacto com as pessoas, amigos e filho em outro país. [...] Aprendi a se comunicar com o mundo, a pesquisar o que me interessa. Facilitou bastante o contacto com as pessoas, amigos, filho em outro país. (SL, M. 66 anos).

Mudanças comunicação por e-mail, Rede social, MSN e pesquisas, o contacto com os filhos, netos, conversas, fotos. (NC, F. 55 anos).

Hoje pra mim falar com a minha família, eu já tenho computador, eu chego ali teclar tudo, já ficam sabendo, daqui a pouco já vem a resposta tá etc. e tal. Olha sinceramente viu eu me senti outra pessoa, uma pessoa realizada, eu tava até comentando contigo aqui, esse negócio de computação, esse negócio de informática a gente fala com o mundo se não tivessem [...] Uma coisa do outro mundo e a gente tem que se adequar a esse tipo de coisa senão a gente fica para trás. (AP, M. 63 anos).

É a mudanças diria que foi muito pouca, diria que foi importante, mexer fora, estar na Lan House, entrar na Internet, pesquisar na Internet, pesquisar alguma coisa é bastante útil, é ponto positivo e acredito futuramente no decorrer do curso tal, adquirir computador, ficaria bem mais fácil. (ND, M. 63 anos).

Por enquanto eu acho que estou engatinhando ela é extensa demais, a participar para o futuro, ha naturalmente crescimento pessoal e particular. A comunicação com amigos e familiares, acrescentou o orgulho de saber alguma coisa. (APS, F. 68 anos).

Mudança... Não, não houve mudança. (EL, F. 70 anos)

Conforme o que foi colocado, podemos considerar que as mudanças foram positivas, tendo em vista as declarações feitas pelos participantes durante as entrevistas, mesmo porque ficou evidente a consciência de que este começo está representado como “engatinhar”. Uma visão bem realista como ela mesma fala “é muito extensa”, se referindo à importância do aprendizado. Porém na expressão “não, não houve mudança”, como está colocado no quadro acima, revela as dificuldades encontradas no aprendizado.

Em contrapartida, os demais que representam a maioria, desenvolveram a contento as técnicas da Inclusão Digital que classificaram como de fundamental importância para a comunicação em tempo real, possibilitadas pelo acesso a Internet através das Redes-Sociais, e-mail, MSN entre outros, usados também para pesquisa, jogos e entretenimento. Verdadeiras e agradáveis mudanças na comunicação com a família, amigos, comunidade e com o mundo, usando as palavras de alguns dos participantes. “O orgulho de saber alguma coisa”. “To vivendo outra vida e para melhor”. “É ponto positivo”.

Caracterizadas as mudanças de modo positivo ou, para melhor, no sentido afetivo englobando a união entre as famílias e a sociedade um meio de estar perto, acompanhar de perto mesmo estando longe, uma possibilidade almejada no início do curso e reconhecida como alcançada na facilidade de se comunicar.

CONCLUSÃO

A questão proposta neste trabalho, após relatos dos participantes, nos leva às seguintes conclusões: para eles o sentido da vida é visto como continuidade, em que parar significa retrocesso, embora essa fase esteja colocada como dever cumprido, há muito ainda a ser vivido, caracterizada pela vontade de fazer aquilo que ainda não foi conseguido e, diante das possibilidades os leva a buscá-los. Suas falas também trazem forte conotação cultural, a nova maneira de viver a vida é uma característica do sentido da vida na atualidade, mesclados pelas vivências do passado, confirmando a teoria apresentada por Frankl (1999), portanto faz parte das experiências positivas ou negativas, marcadas como importantes, que podem ser representadas pelas escolhas e responsabilidades nas decisões tomadas anteriormente.

Portanto o sentido da vida está fortemente ligado às situações de sucesso e realização pessoal e social, e o modo como foi preenchido, os quais foram caracterizados como orgulho do dever cumprido, vida tranqüila, transmissão de valores no sentido de continuidade, de equilíbrio de bem viver e também a questão de enfrentamento das adversidades motivadas pela fé, respaldado no poder de Deus como sabedoria, que em outras palavras, foram conceituadas em oito dimensões por De Vogler e Ebersole (1980) cujas respostas podem ser aproximadas.

No momento atual o sentido da vida na velhice é significado pelo grupo participante de uma maneira diferenciada, não está sendo representado como perda, mas como continuidade, como mudanças a partir de escolhas que a longevidade permite. Mesmo porque não se sentem velhos, contam com o fator saúde como premissa de continuidade, consiste em fazer projetos que valham a pena investir, em realizar aquilo que possa trazer satisfação, prazer, realização pessoal e social, uma busca de bem estar físico e emocional, contribuindo de alguma forma para a felicidade do dia a dia, que nada mais é do que ser independente. E, para essa conquista, a vida se mostra como um constante aprendizado.

A experiência da Inclusão Digital vem confirmar o sentido e o significado dessa fase em que se encontram, pode ser compreendida como um desafio a ser enfrentado, o primeiro passo foi vencer o medo inicial, conhecer de perto os equipamentos e o modo de operá-los, os primeiros toques e a questão de um tempo maior para a memorização, superada essa fase que em uma colocação foram expressos como engatinhar, ao se deparar com as inúmeras possibilidades que são oferecidas e reconhecer a infinidade da técnica.

Essa primeira experiência revelou o potencial de aprendizagem apresentado pelo grupo, expresso como grandes e agradáveis mudanças, também foi percebido em suas falas, que podem ser consideradas como uma autocrítica, referindo-se ao tempo em que não tiveram acesso a esse equipamento de comunicação e informação, retardando essa experiência colocada por eles como maravilhosa. Essas falas vêm revelar a sensação de perda em relação ao tempo passado, quando se referem aos netos, como um show na informática, se caracterizando em grande diferença de possibilidades entre as gerações.

As experiências no processo de envelhecimento referente à 3ª idade é colocada por um dos participantes como a vida: “é uma escola” a partir dessa fala parte-se do princípio que essas experiências estão ligadas ao desenvolvimento do potencial humano, durante o período de vida e que viver a vida vale a pena, se usarmos as lições passadas, e aceitação da vida como ela é, não deixando de lado os ideais, buscá-los sempre.

Apropriados da técnica da tecnologia buscada, cientes de que essa capacitação está proporcionando mudanças que, inicialmente estavam somente no nível da imaginação, e finalmente podem dominar. É o início de uma nova fase da vida que representa mudanças e mudança para melhor que classificaram como de fundamental importância para a comunicação em tempo real, possibilitadas pelo acesso a Internet através das Redes-Sociais, e-mail, MSN entre outros, usados também para pesquisa, jogos e entretenimento. Denotando o quanto estão ligados nas tecnologias atuais, uma integração dos participantes com o mundo à sua volta, verdadeiras e agradáveis mudanças na comunicação com a família, amigos, comunidade, uma verdadeira revolução social e familiar percebido como auto-afirmação, auto-estima, realização pessoal, uma conquista a mais na vida.

Pode-se concluir que o presente estudo trouxe em parte as resposta para as nossas indagações, que permitiram identificar através das representações obtidas conforme as falas de cada participante e, que a partir de sugestões dos mesmos, considerando o contingente idoso como um todo, sejam propostos novos programas que levem em consideração os seguintes aspectos:

Elaboração e divulgação na mídia de um programa específico aos idosos com detalhes sobre saúde, nutrição, educação, e principalmente direitos que na maioria das vezes são ignorados pelos interessados. Relativo ao Projeto de Inclusão Digital, que ele seja estendido também a outras comunidades e com aulas em dois dias na semana e duas horas de duração seria mais proveitoso e mais rentável o aprendizado, na opinião dos participantes, contemplando a pessoa idosa na sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsechi de. "Modernidade e velhice". **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.75, (v.24), p.41-52, setembro 2003.

BIRMAN, Joel. Futuro de Todos Nós: temporalidade, memória e terceira idade. In: VERAS, Renato (org.). **Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BODSTEIN, Regina Célia. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.13.n.2, Rio de Janeiro, 1997.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T.A. Quieroz/ Edusp, 1973.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (CF), Brasília/DF, 1988.

_____. **Estatuto do Idoso** – Lei n. 10.741 de 1 outubro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 11/11/2010.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social** (LOAS). Lei n. 8.742, de 7 de Dezembro de 1993.

_____. **Decreto n.1948, de 3 de Julho de 1996**. Regulamentada a Lei 8.842, sancionada em 04/01/1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 Jul.1996.

_____. **Política Nacional de Assistência Social: (PNAS)**, Brasília/DF, 2004.

BREDEMEIRE, Sonia Mercedes Lenhard. Conselhos municipais como caminho para alcançar uma política para o idoso. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, n.154, (v.35), p.163-172, 1999.(Série ciências humanas).

CAMARANO, Amélia, Ana. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CANIELO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. **Mana: estudo de antropologia social**, Rio de Janeiro: UFRJ, n.1, (v.9),p.31-56, 2003.

CARVALHO, M.C.B. ALMEIDA, V.L.V. **Programas e Serviços de Proteção e Inclusão Social dos Idosos**. Brasília: MPAS, 1998.

CASTELL, M. (1999) **A Sociedade em rede: A Era da Informação - economia sociedade e cultura**. V.1. São Paulo: Editora Paz e Terra.

CHAIMOWICZ, F. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, n.2, (v.31), p.184-200, 1997.

DEBERT, Guita Grim (org). **Antropologia e velhice**. Textos Didáticos, 2. Ed. Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.

_____. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edmusp, 1999.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS DE BARROS, M. M. **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.49-68.

DEMO P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. *Information literacy: princípios, filosofia e prática*. **Ciências da Informação**, Brasília, n.1, (v.32), p.23-35, jan./abr.2003.

DUMONS, G. Pollet. *L'ET al et lês retraites. Genése d' une politique*. Paris: Belin, 1994.

DE VOGLER, K. L., & EBERSOLE, P. *Categorization of college students' meaning of life*. **Psychological Reports**. NY, (v.46): pp. 387-390, 1980.

ESPÍRITO SANTO, C. do. “**Quissamã somos nós**”: pesquisa participante para construção de hipertexto sobre identidade cultural 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. Disponível em: <www.isafreire.pro.br> Acesso em: 05/11/ 2007.

FERNANDES, Maria da Graça Melo. SANTOS. Sérgio Ribeiro dos. Introdução... “Estatuto do Idoso”. **A Terceira idade**, Brasília: UNB. n.34, (v16), p.7-24, 2005.

FRADE, Marco Antônio Fernandes. Mídia e Cidadania. **Revista Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, n.1, (v.12), p.1, 2002. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/1210201.pdf>. Acesso em 15/09/2009.

FRANKL, V. E. **Psicoterapia e Sentido da Vida**. 3 ed. São Paulo: Quadrante, 1989.

_____. **Psicoterapia e sentido de vida: Fundamentos da Logoterapia e análise existencial**. 3. ed., São Paulo: Quadrante, 1999.

FREIRE, Isa Maria. Janelas da Cultura Local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, n.3, v.35, p.227-235, set/dez.2006. Disponível em: <WWW.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a22.pdf> Acesso em 20/08/2010.

FRY, P. S. *The unique contribution of key existential factors to the prediction of psychological well-being of older adults following spousal loss*. **The Gerontologist**, Washington, v.41, p. 69-81.2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. (Antropologia Social). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOLDMAN, S.N. “As dimensões sociopolíticas do envelhecimento”. In: PY. L. et al. **Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais**. Rio de Janeiro: Nau Editora, cap.3, pp.61-81. 2004.

HALL, S.A. **Identidade cultural na pós modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Censo 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 06/11/2009.

KAUFMAN, S. R. **The ageless self: Sources of meaning in late life**. Madison, W I: University of Wisconsin Press, 1987.

KRAUSE, N. *Religious meaning and subjective well-being in later life*. **Journals of Gerontology: Social Sciences**, Washington, n.3, v. 58, n.3, p. 160-170. 2003.

KROEBER, A L. **Antropology: cultures, patterns and processes**. New York, Brace & World, 1963.

LAROUSSE, **Terceira Idade**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2003.

LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASTORIA, Luiz A.C. Nabuco. Ethos sem ética: a perspectiva crítica de T.W. Adorno e M. Horkheimer. **Educação e Sociedade**, Campinas, n.76, v.22, p.63, out.2001.

LEVY, P.A. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MAICAS, Manuel Parês, Considerações sobre La identidad cultural. In: MELO José Marques de. **Identidades culturais latino-americanas em tempo de comunicação global**. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995.

MANZINI- Covre, Maria de Lourdes. **O Que É Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos; 250).

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política**. In: MARX. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

MENDONÇA, M.L. Identidade cultural e ação social: idéias e práticas. In: **XXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2000.

MINAYO, Maria Cecília Souza; Coimbra Jr C.E.A. Entre a Liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO e COIMBRA (org.) **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

NÉRI, Anita Liberalesco. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1991.

_____. As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressa no Estatuto do idoso. **A Terceira idade**. Rio de Janeiro: FGV, n.34, v.16, p.7-24, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembléia mundial sobre envelhecimento: Resolução 39/125**. Viena, 1982.

_____. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**. (Série Institucional em Direitos Humanos; v.1), Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2002.

PAZ, S. F. A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002.

PEIXOTO, C. A. Entre os estigmas e a compaixão e os termos classificatórios. In: LINS de Barros M M. (org.). Velhice ou terceira idade? **Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p.69-84, 1998.

PIRES, Hindenburgo F. **Ethos e mitos do pensamento único global totalitário**. São Paulo: Terra Livre, n.16, p.153-167, 2001.

PRADO, Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PRAGER, E. *Meaning in later life: An organizing theme for gerontological curriculum design*. **Educational Gerontology**. London, v. 23, p.01-13, jan/fev,1997.

REKER, G. T. *Personal meaning, optimism, and choice: Existential predictors of depression in community and instructional elderly*. **The gerontologist**. Washington, n.6, v. 37, p.709-716, 1997.

_____. **Manual Life Attitude Profile- Revised**. Canadá; Student Psychologists Press, 2001.

SALGADO, M A. Aposentadoria e ética social. In: **Série Terceira Idade**. São Paulo: SESC, p.4-15, 1997.

SANTANA, J.A. Do peso e da leveza: sobre a velhice. In: **Revista da Universidade Federal de Goiás-UFG**. n.2, Vol 5, dez 2003. Disponível em: www.proec.br/revista-ufg/idoso/levesa/htm

SAWAIA, B. Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In: **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília, 2006. Disponível em: www.presidencia.gov.br/sedh/cndi Acesso em 21/04/2011.

_____. **2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**. Brasília, 2009.

_____. Plano de ação internacional contra o envelhecimento. Brasília, v.1, p.49, 2002.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHONS, C.R; PALMA, L.T.S. **Política Social para a velhice**: instrumento de integração ou marginalização social? Passo Fundo: UFP Editora, 2000.

SILVA, Helena et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília: DF, n.1, v.34: p.28-36, 2006.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília: DF, n.3, (v.29): pp.79-90, set/dez.2000.

SIQUEIRA, R. L. de, BOTELHO, M.I.V, COELHO, F.M.G. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro: FGV. n.4, v.7, p.899-906, 2002.

SOMMERHALDER, Cinara. Sentido de vida na fase adulta e velhice. **Psicologia Reflexão Crítica** [online]. n.2, v.23, p. 270-277, 2009.

_____. Sentido de vida e relacionamentos significativos na velhice. In: ARAÚJO, L.; CARVALHO, C.; LUCENA, V. **Diversidades do envelhecer**: Uma abordagem multidisciplinar. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2010.

SOUZA NETO, J.; LIBERAL, M. M. Apontamentos para uma compreensão da ética na dinâmica das transformações sociais. In: MARCIA Mello Costa de Liberal (org.) **Um olhar sobre cidadania**. São Paulo: Mackenzie, 2002, pp.31-52. (Coleção Reflexão Acadêmica).

UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A. L. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. **A Terceira Idade**. São Paulo: Nacional. n.33, v.16 p.6-23, 2005.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é da pesquisadora.

Título do projeto: Velhice e inclusão digital

Acadêmica responsável: Maria da Luz Bueno Gelinski

Telefone: (41) 3473-2837

Orientadora: Profª Silvana Marta Tumelero

Telefone: (41) 3511-8365

O Objetivo desta pesquisa é "Conhecer o significado da velhice, como essa fase da vida é percebida pelos integrantes do projeto de inclusão digital, bem como as suas experiências no domínio de novas tecnologias na interação e comunicação familiar e social".

A sua participação na pesquisa consiste em responder uma entrevista, que será realizada pela acadêmica, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o (a) pesquisado (a). Os procedimentos aplicados nesta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Permito que a acadêmica relacionada acima obtenha gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As gravações ficarão sob a propriedade da acadêmica-pesquisadora responsável por este e sob sua guarda.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____
CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como
sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora sobre a pesquisa e, os
procedimentos nela envolvidos. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer
momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

Assinatura do sujeito: _____.

INSTRUMENTO DE PESQUISA DO PROJETO “VELHICE E INCLUSÃO DIGITAL”
ROTEIRO PARA ENTREVISTA – Acadêmica Maria da Luz Bueno Gelinski

NOME _____

IDADE _____

SEXO _____

ESTADO CIVIL

- ☐ casamento civil ☐ casamento religioso
☐ união estável ☐ solteiro/a
☐ viúvo/a ☐ divorciado/separado
☐ outro _____

ESCOLARIDADE

- ☐ Analfabeto/a
☐ Séries iniciais do ensino fundamental (até 4ª série do 1º grau)
☐ completo ☐ incompleto
☐ Séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série do 1º grau)
☐ completo ☐ incompleto
☐ Ensino médio - 2º grau ☐ completo ☐ incompleto
☐ Curso superior ☐ completo ☐ incompleto

Há quanto tempo participa do projeto de inclusão digital da UFPR?

- ☐ menos de 01 ano ☐ de 01 a 02 anos ☐ mais de 02 anos

Como ficou sabendo do Projeto?

Quais foram os motivos que o/a levou a participar do Projeto?

Qual a ocupação anterior?

Possuía vínculo formal de trabalho? ☐ sim ☐ não

Qual a ocupação atual?

Possui vínculo formal de trabalho? ☐ sim ☐ não

Que outras atividades/ocupações desenvolve/possui?

Qual/is sua/s fonte/s de renda?

- ☐ Aposentadoria por contribuição ☐ Benefício de Prestação Continuada - BPC
☐ Trabalho formal ou informal ☐ Pensão
☐ Outra _____

Participa de outra atividade?

- ☐ sim ☐ não

- () Atividade social _____
- () Atividade religiosa _____
- () De formação/educacional _____
- () Lazer/esporte _____
- () Outra _____

Quais os recursos da informática que utilizava antes do curso?

Quais os que você utiliza agora?

- () Digitação de texto () Pesquisa na internet () E-mail
- () Redes sociais – Orkut; MSN; Face book....
- () Tem acesso ao conhecimento instrumental (lidar com o computador) mas não tem disponibilidade de internet/acesso à rede

Quais as principais dificuldades encontradas no aprendizado?

O que representa para você a experiência da inclusão digital?

Você se sente incluído nessas novas tecnologias? Em que medida?

Para você é importante participar? Por quê?

Houve alguma mudança no seu dia a dia após a participação nesse projeto sobre a qual você gostaria de falar?

Que mudanças?

Em quais aspectos?

Com que pessoas?

Conhece alguém que gostaria de participar do Projeto?

Como seria o Programa ideal de atenção a 3ª idade?

Como você descreve a 3ª idade?

Relate suas experiências de vida em relação ao processo de envelhecer
